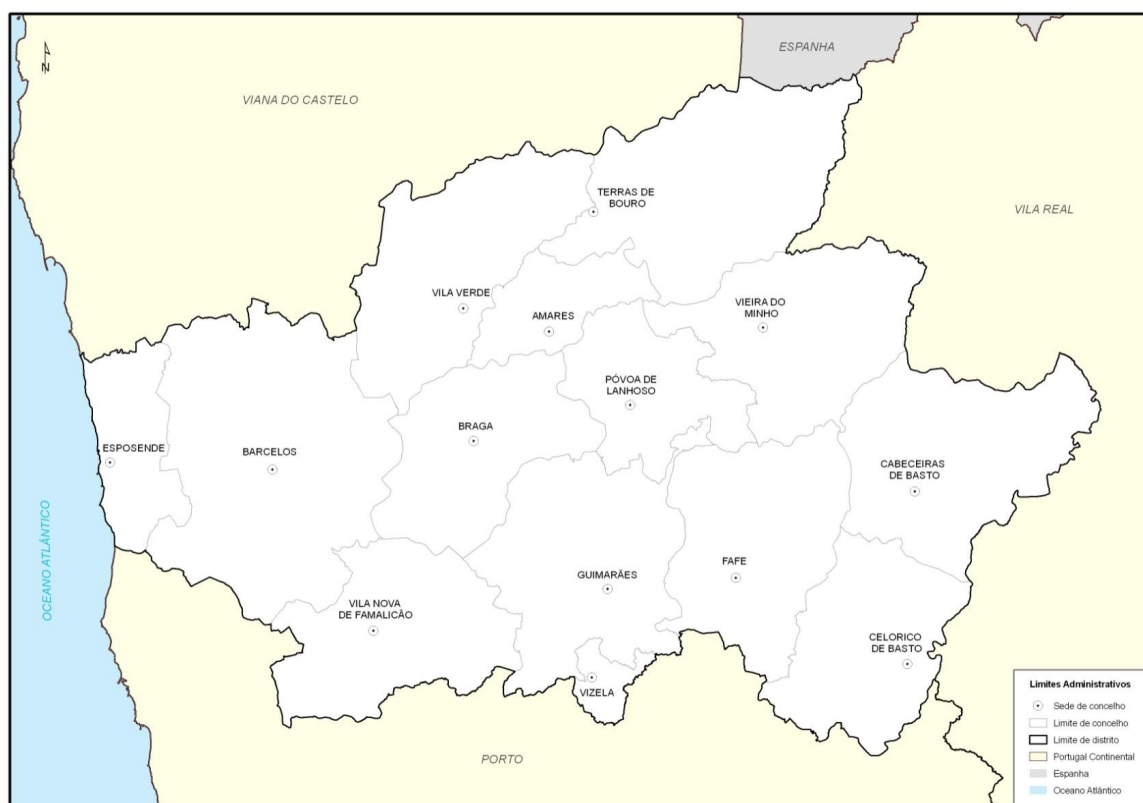


PLANO DISTRI TAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE BRAGA



Maior 2016

ÍNDICE

Lista de acrónimos

Referências legislativas

Registo de atualizações e exercícios

Índice de Tabelas.....	5
Índice de Figuras.....	8
1. Introdução.....	23
2. Finalidade e Objetivos	25
3. Tipificação dos Riscos	27
4. Critérios para a Ativação.....	28
1. Estruturas.....	32
1.1 Estrutura de Direção Política	33
1.2 Estrutura de Coordenação Política.....	34
1.3 Estrutura de Coordenação Institucional.....	37
1.4 Estruturas de Comando Operacional.....	38
1.4.1 Posto de Comando Operacional Municipal.....	41
1.4.2 Posto de Comando Operacional Distrital	41
2. Responsabilidades.....	45
2.1 Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil.....	45
2.2 Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	48
2.3 Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio	57
3. Organização	71
3.1 Infraestruturas de Relevância Operacional.....	71
3.2 Zonas de Intervenção.....	80
3.2.1 Zonas de Concentração e Reserva.....	80
3.2.2 Zonas de Receção de Reforços.....	81
3.3 Mobilização e Coordenação de Meios.....	82

3.3.1 Mobilização de Meios	82
3.3.2 Sustentação Operacional	84
3.4 Notificação operacional	84
4. Áreas de Intervenção.....	87
4.1 Gestão Administrativa e Financeira	87
4.2 Reconhecimento e Avaliação.....	92
4.2.1 Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	92
4.2.2 Equipas de Avaliação Técnica	94
4.3 Logística	96
4.3.1 Apoio Logístico às Forças de Intervenção.....	96
4.3.2 Apoio Logístico às Populações.....	101
4.4 Comunicações.....	106
4.5 Informação Pública.....	111
4.6 Confinamento e/ou Evacuação	115
4.7 Manutenção da Ordem Pública.....	121
4.8 Serviços Médicos e Transporte de Vítimas.....	126
4.8.1. Emergência Médica.....	126
4.8.2. Apoio Psicológico	130
4.9 Socorro e Salvamento.....	135
4.10 Serviços Mortuários	139
1. Inventário de meios e recursos	148
2. Lista de contactos.....	158
2.1 Autoridade Nacional de Proteção Civil	158
2.1.1 Sede	158
2.1.2 Agrupamento Distrital do Norte e Comando Distrital de Operações de Socorro de Braga	159
2.2 Contactos da Comissão Distrital de Emergência de Proteção Civil de Braga.....	159
2.3 Centro de Coordenação Operacional Distrital de Braga	164
2.3.1 Composição Fixa	164

2.3.2 Composição Variável.....	165
2.4 Autoridades Municipais de Proteção Civil / SMPC	168
2.5 Corpo de Bombeiros do Distrito de Braga	174
2.6 Unidades Hospitalares/Agrupamentos de Centros de Saúde	179
2.7 Entidades Detentoras dos Corpos de Bombeiros do Distrito de Braga.....	182
2.8 Entidades Cooperantes	183
2.9 Organizações Não Governamentais.....	189
2.10 Órgãos de Comunicação Social	189
3. Modelos	194
3.1 Modelos de Relatórios	194
3.2 Modelos de Requisições.....	226
3.3 Modelos de Comunicados.....	227
4. Lista de distribuição	231
4.1 Serviços de Proteção Civil.....	231
4.2 Comissão Distrital de Proteção Civil (CDPC) de Braga.....	232
4.3 Agentes de Proteção Civil.....	233
4.4 Organismos e Entidades de Apoio	234
1.1 Estratégias gerais	275
1.2 Estratégias específicas	276
1.3 Riscos de origem natural.....	277
1.4 Riscos tecnológicos.....	284
1.5 Riscos mistos.....	290

Índice de Tabelas

Tabela I.1 – Hierarquização do grau de risco	27
Tabela II.1 – Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil	45
Tabela II.2 – Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	48
Tabela II.3 – Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio	57
Tabela II.4 – Instalações de agentes de proteção civil e cruz vermelha portuguesa no distrito de Braga	76
Tabela II.5 – Edifícios e locais de utilização coletiva no distrito de Braga.....	77
Tabela II.6 – Edifícios de utilização coletiva no distrito de Braga	78
Tabela II.7 – Outras infraestruturas no distrito de Braga	79
Tabela II.8 – Localização das Zonas de Receção de Reforços	82
Tabela II.9 - Grau de prontidão e de mobilização	83
Tabela II.10 – Mecanismos de notificação operacional às entidades intervenientes.....	85
Tabela II.11 – Gestão administrativa e financeira	87
Tabela II.12 – Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação.....	92
Tabela II.13 – Equipas de Avaliação Técnica.....	94
Tabela II.14 – Apoio logístico às forças de intervenção.....	96
Tabela II.15 – Apoio logístico às populações.....	101
Tabela II.16 – Comunicações	106
Tabela II.17 – Informação pública	111
Tabela II.18 – Confinamento e/ou evacuação	115
Tabela II.19 – Manutenção da ordem pública	121
Tabela II.20 – Serviços médicos e transporte de vítimas	126
Tabela II.21 – Apoio psicológico	130

Tabela II.22 – Socorro e salvamento	135
Tabela II.23 – Serviços mortuários	139
Tabela III.1 – Meios e Recursos	148
Tabela 1 – Estratégias de mitigação para nevões	277
Tabela 2 – Estratégias de mitigação para ondas de calor	277
Tabela 3 – Estratégias de mitigação para vagas de frio	278
Tabela 4 – Estratégias de mitigação para seca	278
Tabela 5 – Estratégias de mitigação para cheias e inundações	279
Tabela 6 – Estratégias de mitigação para inundações e galgamentos costeiros	279
Tabela 7 – Estratégias de mitigação para sismos	280
Tabela .8 – Estratégias de mitigação para tsunamis	280
Tabela 9 – Estratégias de mitigação para movimentos de massa em vertentes	281
Tabela 10 – Estratégias de mitigação para a erosão costeira - destruição de praias e sistemas dunares	283
Tabela 11 – Estratégias de mitigação para acidentes rodoviários	284
Tabela 12 – Estratégias de mitigação para acidentes ferroviários	284
Tabela 13 – Estratégias de mitigação para acidentes fluviais	285
Tabela 14 – Estratégias de mitigação para acidentes aéreos	285
Tabela 15 – Estratégias de mitigação para transporte de mercadorias perigosas	285
Tabela 16 – Estratégias de mitigação para acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos	286
Tabela 17 – Estratégias de mitigação para incêndios urbanos	286
Tabela 18 – Estratégias de mitigação para incêndios em centros históricos	287
Tabela 19 – Estratégias de mitigação para colapso de túneis, pontes e infraestruturas	288

Tabela 20 – Estratégias de mitigação para substâncias perigosas (acidentes industriais).....	288
Tabela 21 – Estratégias de mitigação para colapso de edifícios de utilização coletiva.....	289
Tabela 22 – Estratégias de mitigação para emergências radiológicas.....	289
Tabela 23 – Estratégias de mitigação para incêndios florestais.....	290
Tabela 24 – Estratégias de mitigação para rutura de barragens	290

Índice de Figuras

Figura II.1 - Estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação	33
institucional e estruturas de comando operacional.	33
Figura II.2 – Organização do Posto de Comando Operacional (PCO)	40
Figura II.3 – Articulação de Postos de Comando Operacionais (PCO)	44
Figura II.3 – Diagrama das Zonas de Intervenção	80
Figura 1 – Divisão administrativa do distrito de Braga por concelhos	238
Figura 2 – Hipsometria do distrito de Braga.....	239
Figura 3 – Declives do distrito de Braga.....	240
Figura 4 – Bacias hidrográficas e respetiva rede hidrográfica compreendida no distrito de Braga	241
Figura 5 – População residente no distrito de Braga (2011)	242
Figura 6 – Número de edifícios por concelho.....	243
Figura 7 – Estrutura rodoviária do distrito de Braga	244
Figura 8 – Rede ferroviária presente no distrito de Braga	245
Figura 9 – Pontes, túneis e viadutos.....	246
Figura 10 – Portos, marinas e docas no distrito de Braga	247
(fonte: InfoPortugal, 2013; Docapesca, 2014)	247
Figura 11 – Infraestruturas aeroportuárias do distrito de Braga.....	248
(fonte: INAC, 2011; ANPC, 2014)	248
Figura12 – Redes de Radiocomunicações da ANPC.....	249
(fonte: ANPC, 2014)	249
Figura 13 – Rede de Telecomunicações no distrito de Braga	250
(fonte: ANPC, 2011 e 2013).....	250
Figura 14 – Infraestruturas hidráulicas dos sistemas de abastecimento em “Alta” existentes no distrito de Braga	251
Figura 15 – Barragens do distrito de Braga.....	252

Figura 16 – Rede de transporte de eletricidade e Centros produtores de energia elétrica.....	253
Figura 17 – Rede de transporte de gás natural.....	254
Figura 18 – Postos de abastecimento de combustível.....	255
Figura 19 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível inferior de perigosidade – Diretiva Seveso	256
Figura 20 – Áreas industriais	257
Figura 21 – Agentes de Proteção Civil - instalações dos corpos de bombeiros e sapadores florestais	258
Figura 22 – Agentes de Proteção Civil - instalações das forças de segurança, autoridade marítima e forças armadas	259
Figura 23 – Agentes de Proteção Civil – hospitais, centros de saúde e Cruz Vermelha Portuguesa.....	260
Figura 24 – Edifícios de utilização coletiva – estabelecimentos de ensino	261
Figura 25 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas desportivas	262
Figura 26 – Edifícios e locais de utilização coletiva – infraestruturas turísticas	263
Figura 28 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de lazer, culturais e comerciais.....	264
Figura 29 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas empresariais e estabelecimentos prisionais.....	265
Figura 31 – Outras infraestruturas – ANPC e entidades e instituições governamentais	266
Figura 32– Outras infraestruturas – entidades de justiça e segurança.....	267
Figura 33 – Outras infraestruturas – património cultural.....	268
Figura 34 – Outras infraestruturas – armazéns de alimentos e grandes lojas	269
Figura 35 – Outras infraestruturas – restauração	270
Figura 36 – Farmácias e centros de enfermagem	271
Figura 37 – Outras infraestruturas – rede de postos de vigia	272

anteriores, o cadáver será transportado para o NecPro.

PARTE III – Inventários, Modelos e Listagens

3. Modelos

3.1 Modelos de Relatórios

Os relatórios destinam-se a permitir a obtenção da informação, resultante da ocorrência, necessária à avaliação da situação, ao planeamento e à conduta das operações de proteção e socorro. Estes compreendem:

- **Relatórios Imediatos de Situação (RELIS):** Estes relatórios englobam os dados fundamentais à avaliação da situação pela estrutura de comando e têm origem nas ERAS e/ou EAT. Os RELIS são enviados ao PCDis de quatro em quatro horas, podendo ser transmitidos verbalmente ou por fonia através das redes de telecomunicações existentes;
- **Relatórios de Situação Geral ou Especial (RELGER ou RELESP):** Têm origem nos PCMun e PCDis e destinam-se CDPC de escalão superior e às estruturas de coordenação nacionais (CCON e CNPC). Em regra, são apresentados por escrito de seis em seis horas, na fase inicial, sendo a periodicidade progressivamente alargada com o decorrer da evolução da situação. Os RELESP distinguem-se dos RELGER por se destinarem a esclarecer pontos específicos ou setoriais da situação;
- **Relatórios Diários de Situação (REDIS):** São emitidos pelos PCDis obtida informação dos PCMun e enviados ao CNOS. Estes relatórios são enviados diariamente às 22 horas, pelo modo de transmissão mais expedito para o efeito;
- **Relatórios Finais:** É elaborado pelo CCOD e inclui uma descrição da situação ocorrida e das principais medidas adotadas. Constan também deste relatório as principais lições aprendidas, incluindo os contributos para futuras revisões do plano de emergência.



RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO (RELIS)
PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

ENVIO DEPOIS DO RECONHECIMENTO DAS ERAS OU EAT

Distrito: BRAGA

Concelho: _____

REL N.º _____ / _____

Data: _____ **Hora:** _____

1. Ocorrência

Natureza	
Localização	
Área afetada	

2. Danos Pessoais

Mortos:		Desaparecidos:	
Feridos graves:		Feridos leves:	
Desalojados:		Deslocados:	
Evacuados:		Soterrados:	

3. Danos no Edificado/Infraestruturas

Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitações			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Estabelecimentos Prisionais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Barragens			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			

4. Danos em Vias de Comunicação

Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Rede Metro			

4. Danos em Vias de Comunicação

Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Pontes / Viadutos / Túneis			
Aeródromos / Heliportos			
Portos / Estações Fluviais			
Outras: _____			

5. Danos em Transportes

Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Ferrovitários			
Metro			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Outros: _____			

6. Danos em Infraestruturas Básicas

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			

6. Danos em Infraestruturas Básicas

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Teledifusão			
Rádiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra			

7. Outras Informações

Povoações em perigo / isoladas	
Habitações em perigo	
Focos de incêndio	
Movimentação de populações	
Animais isolados	

8. Necessidades

Meios aéreos (especificar)	
Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações (especificar)	
Logística (especificar)	
Outras (especificar)	

O Chefe da Equipa



RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL (RELGER)
PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

ENVIO REGULAR (6 em 6 horas)

Distrito: BRAGA

Concelho: _____

REL N.º _____ / _____

Data: _____ **Hora:** _____

1. Ocorrência

Natureza

Localização

Área afetada

Concelho(s)

2. Descrição sumária da situação de emergência

3. Danos pessoais

Mortos:

Desaparecidos:

Feridos graves:

Feridos leves:

Desalojados:

Deslocados:

Evacuados:

Soterrados:

4. Danos no Edificado/Infraestruturas

Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitações			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Estabelecimentos Prisionais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Barragens			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			

5. Danos em Vias de Comunicação

Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Rede Metro			
Pontes / Viadutos / Túneis			
Aeródromos / Heliportos			
Portos / Estações Fluviais			
Outras: _____			
Outras: _____			

6. Danos em Transportes

Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Ferrovíários			
Metro			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Outros: _____			
Outros: _____			
Outros: _____			

7. Danos em Infraestruturas Básicas

Redes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra: _____			

8. Situação Operacional

Bombeiros	Homens		DGAM	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Embarcações	
Forças Armadas	Homens		CVP	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Outros	
GNR	Homens		INEM	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Outros	

PSP	Homens		Outros	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Outros			Outros	

9. Organização do Teatro de Operações (TO)

Localização do PC	
Localização de ZCR's	
Localização de ZCAP's	
Localização de ZRnM's	
Nº de Setores e Localização	
Id. Cmdts. Setores	

10. Comissões de Proteção Civil reunidas:

Distrital	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas
Municipais	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas

11. Centro Coordenação Operacional Distrital (CCOD)

GDH Ativação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas

12. Declaração da Situação de Alerta e/ou Contingência

Concelho/Distrito	
Entidade responsável	
GDH início	
GDH fim	
Descrição da situação	

13. Planos de Emergência de Proteção Civil ativados

Distrital	GDH Ativação	GDH Desativação
Municipais	GDH Ativação	GDH Desativação

14. Outras Informações

Habitacões em perigo	
Povoações em perigo e /ou isoladas	
Resumo das ocorrências	
Outras: _____	
Outras: _____	
Outras: _____	

15. Necessidades

Meios aéreos (especificar)	
----------------------------	--

Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações (especificar)	
Logística (especificar)	
Outras (especificar)	

O responsável pelo Posto de Comando



RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO (REDIS)
PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

ENVIO DIÁRIO (às 22 horas)

PCDis _____

REL N.º _____ / _____

Data: _____ Hora: _____

1. OCORRÊNCIA

Natureza	
Localização	
Área afetada	
Concelho/s	

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

--

3. DANOS ESTIMADOS

3.1 PESSOAS

	Nº		Nº
Mortos		Desaparecidos	
Feridos Graves		Feridos Leves	
Desalojados		Deslocados	
Evacuados		Soterrados	

Anexo A: - Lista Identificativa de Pessoas Envolvidas

3.2 EDIFICADO/INFRAESTRUTURAS

Tipo	Danos ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitações			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Estabelecimentos Prisionais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Barragens			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			
Outros: _____			

Anexo B: - Lista de Edifícios Afetados

3.3 VIAS DE COMUNICAÇÃO

Vias / Meios	Condicionadas	Cortadas	Colapsadas
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Rede Metro			
Pontes / Viadutos / Túneis			
Aeroportos/Aeródromos/Heliportos			
Portos / Estações Fluviais			
Outras: _____			
Outras: _____			

Anexo C: - Lista de Vias de Comunicação Afetadas

3.4 TRANSPORTES / MAQUINARIA

Transportes	Danos ligeiros	Danos Graves	Destruidos
Rodoviários			
Ferrovitários			
Metro			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Maquinaria			
Outros: _____			

Anexo D: - Lista dos Transportes / Maquinaria Afetados

3.5 INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves (não operacionais)	Colapsadas (não operacionais)
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica Fixa			
Telefónica Móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra: _____			

Anexo E: - Lista de Redes Afetadas

3.6 ABASTECIMENTOS (Alimentação, Combustíveis, Vestuário, etc)

3.7 AMBIENTE (Acidentes de Poluição, Derrames, Contaminações, etc)

3.8 SAÚDE PÚBLICA

3.8.1 Hospitais / Centros de Saúde

Hospital / Centro de Saúde	Atendidos	Internados	Transferidos

3.8.2 Posto médico avançado / de triagem / de socorro

Estrutura / Local	Atendidos	Internados	Transferidos

3.8.3 Ambulâncias

Entidades	Medicalizáveis	Socorro	Transporte

3.8.4 Evacuação médica especial

Entidades	Helicóptero	Avião	Comboio	Outros

4. INFORMAÇÃO METEOROLÓGICA

Dados	Observada	Prevista
Vento (direção/velocidade)		
Temperatura		
Humidade relativa		
Precipitação		

5. MEIOS ENVOLVIDOS NAS OPERAÇÕES EM CURSO

Entidades	Pessoal	Veículos	Meios Aéreos	Outro material	POC Nome/Função

6. OCORRÊNCIAS ESPECIAIS COM OS MEIOS DE SOCORRO

6.1 DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

6.2 DE OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS

7. REDES DE COMUNICAÇÕES

7.1 PROTEÇÃO CIVIL

7.2 BOMBEIROS

7.3 OUTROS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

7.4 OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS

8. CENTRO COORDENAÇÃO OPERACIONAL DISTRITAL (CCOD)

GDH Ativação	GDH Desativação	GDH início primeira reunião	Entidades Intervinentes	Medidas tomadas

Nota: GDH = DDHHMMmmmmAA

9. SITUAÇÃO DE ALERTA/CONTINGÊNCIA/CALAMIDADE

Concelho/Distrito	
Entidade responsável	
GDH início	
GDH fim	
Descrição da situação	

Multiplicar esta tabela pelo número de vezes necessárias

10. COMISSÕES DE PROTEÇÃO CIVIL REUNIDAS

Distrital	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Intervinentes	Medidas tomadas
Municipais	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Intervinentes	Medidas tomadas

11. PLANOS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL ATIVADOS

Distrital	GDH Ativação	GDH Desativação
Municipais	GDH Ativação	GDH Desativação

12. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Divulgação de notícias da situação de emergência:

Colaboração nas ações de informação pública:

13. CUSTO ESTIMADO DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO

Designação	Custo (€ 1.000)
Pessoal	
Artigos consumidos	
Combustível e Lubrificantes	
Grandes reparações	
Telecomunicações	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	

14. OBSERVAÇÕES

Avaliação	Obs
Comunicações	
Gestão da informação operacional	
Sistema de aviso e alerta	
Sistema de proteção civil	
Ativação das Comissões de Proteção Civil	
Ativação de Planos de Emergência de Proteção Civil	
Situação dos Planos de Emergência de Proteção Civil	
Estrutura organizacional de operações	
Informação pública	

Avaliação	Obs
Necessidade de programas de reparação	
Aspetos particulares relevantes	
Outros	

Outros comentários

15. ANEXOS

(Relacionar os anexos incluídos)

Data	Hora	O CODIS

Visto



RELATÓRIO FINAL DA EMERGÊNCIA

1. Localização

Distrito	BRAGA	Freguesia	
Concelho		Localidade/ Lugar	

2. Ocorrência

Tipo/ Natureza da Ocorrência		
Alerta	GDH	
	Fonte	
Breve descrição/desenvolvimento da ocorrência		
Causa		Observações
Nevões		
Ondas de Calor		
Vagas de Frio		
Ventos Fortes		
Secas		
Cheias e/ou Inundações		
Inundações e Galgamentos Costeiros		
Tsunamis		
Movimentos de Massa em Vertentes		
Recuo e Instabilidade de Arribas		
Destruição de Praias e Sistemas Dunares		
Acidentes Rodoviários		

2. Ocorrência

Acidentes Ferroviários		
Acidentes Fluviais/Marítimos		
Acidentes Aéreos		
Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas		
Acidentes em Infraestruturas Fixas de Transporte de Produtos Perigosos		
Incêndios Urbanos		
Incêndios em Centros Históricos		
Colapso de Túneis, Pontes e Infraestruturas		
Rutura de barragens		
Colapso de Edifícios com Elevada Concentração Populacional		
Emergências Radiológicas		
Incêndios Florestais		
Outra		

3. Meios Intervenientes nas Operações

Entidade	Nº de Operacionais	Nº de Veículos	Outros meios
TOTAL			

4. Eficácia dos Meios de Resposta

Entidade	Eficácia					Observações
	Muito boa	Boa	Satisfatória	Pouco eficiente	Nada eficiente	

5. Posto de Comando Operacional

Localização do PCDis		
Apoio Técnico no PCDis	Entidade	Nome
Responsável pelo PCDis	Nome	GDH

6. Danos Humanos

População		Feridos		Mortos	Eva- cuados	Desa- lojados	Desapa- recidos
		Ligeiro	Grave				
Feminino	Criança (0-12 anos)						
	Jovem (12-18 anos)						
	Adulto (18-65 anos)						
	Idoso (> 65 anos)						
Masculino	Criança (0-12 anos)						
	Jovem (12-18 anos)						
	Adulto (18-65 anos)						
	Idoso (> 65 anos)						
TOTAIS							

7. Danos em Animais

Espécie	Mortos	Feridos	Observações
TOTAIS			

8. Danos em Edifícios						
Tipo	Destruídos		Danos Graves		Danos Ligeiros	
	Nº	Causas	Nº	Causas	Nº	Causas
Habitacões						
Património Histórico						
Indústria						
Comércio						
Hotéis						
Instalações Militares						
Centros de Saúde						
Escolas						
Outros:						
Outros:						
Outros:						
Outros:						
TOTAL						

9. Danos em Vias de Comunicação

Tipo de Via	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
AE				
IP				
IC				
EN				
EM				
Ferrovia				
Outros:				
Outros:				

10. Danos em Veículos

Tipo de Veículo	Destruidos	Danificados	Observações
Pesado de mercadorias			
Pesado de passageiros			
Ligeiro de mercadorias			
Ligeiro de passageiros			
Motociclos			
Outros:			
Outros:			
TOTAIS			

11. Danos em Infraestruturas da Rede de Distribuição

Tipo de Rede	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Rede de água				
Rede de saneamento				
Rede elétrica				

11. Danos em Infraestruturas da Rede de Distribuição

Tipo de Rede	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Rede de gás				
Rede de distribuição de combustíveis				
Outros:				
Outros:				
Outros:				

12. Danos em Infraestruturas da Rede de Comunicações

Tipo de Rede	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Serviço de telefone fixo				
Serviço de telefone móvel				
Serviço de telefax				
REPC				
ROB				
Radiocomunicação privada da GNR				
Radiocomunicação privada da PSP				
Radiocomunicação privada do INEM				
Radiocomunicação privada das Forças Armadas				
Radioamadores				
SIRESP				
Internet				
Outras:				
Outras:				

13. Danos Ambientais

Tipo de Afetação	Quantidade (ha, km, nº)	Local	Observações
Rede hídrica			
Espaços florestais			
Fauna			
Flora			
Outras:			
Outras:			
Outras:			
Outras:			
Outras:			

14. Assistência fornecida à População

Tipo de Assistência	Quantidade	Requerida por	Fornecida por	Observações
Assistência médica				
Evacuação médica				
Hospitais				
Centros de saúde				
Postos de socorro				
Postos de triagem				
Alimentação/água				
Abrigos				
Alojamento				
Vestuário e agasalhos				
Apoio psicológico				

14. Assistência fornecida à População

Tipo de Assistência	Quantidade	Requerida por	Fornecida por	Observações
Apoio social				
Outros:				
Outros:				

15. Realojamento

Local de Realojamento	Número	Local de Realojamento	Número
TOTAL		TOTAL	

16. Apreciação Global das Operações e da Organização

Descrição	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Constrangimentos
Coordenação institucional			
Comando operacional			
Articulação entre agentes e entidades			
Integração de grupos de reforço e assistência			
Comunicações			
Logística			
Gestão da informação			
Evacuações			
Ordem pública			
Outros			
Outros			
Outros			

17. Ações de Reabilitação

Realizadas (breve descrição)

--

Previstas (breve descrição)

--

18. Estimativa de Custos

Dano	Custo (euros)
TOTAL	

19. Comentários Finais

Nota: sempre que possível, deverão ser anexas fotografias comprovativas dos danos provocados.

20. Responsável pela Elaboração do Relatório

Hora e Data	_____
	(Assinatura)

3.2 Modelos de Requisições

As requisições destinam-se a garantir o fornecimento de artigos e bens de consumo.

 <p>MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA</p> <p>ANPC AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL</p>	<p>MODELO DE REQUISIÇÃO</p>
--	------------------------------------



Data: __/__/____

Hora: __ horas __ min

Entidade Requisitada:	
Produto/Equipamento/Serviço:	
Código:	
Quantidade:	

Finalidade:

O responsável,

3.3 Modelos de Comunicados

A divulgação de informação à população poderá ser feita através de comunicados difundidos pela comunicação social (meio mais adequado numa situação de acidente grave ou catástrofe), bem como através de outros meios enumerados em II-4.5. No que se refere aos comunicados, estes deverão ser anunciados em tempo útil e serem claros e concisos, tendo sempre presente o objetivo fundamental de informar e proteger as populações de modo a evitar o pânico entre as mesmas.

3.3.1. Modelo de aviso à população



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO
INTERNA



AVISO À POPULAÇÃO

ANPC/Comando Distrital de Operações de Socorro de Braga

DATA E HORA DE EMISSÃO:

DIA/MÊS/ANO | HORA:MIN

AVISO Nº___/201__

OCORRÊNCIA *(indicar o tipo de ocorrência)*

No seguimento de informação recebida de _____ *(indicar a entidade)*
no Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Braga da Autoridade
Nacional de Proteção Civil (ANPC), salienta-se:

Para o período compreendido entre _____ e _____ *(indicar se corresponde
ao período da manhã ou da tarde e o dia/mês/ano):*

(Indicar as previsões expectáveis, de acordo com a ocorrência)

Por exemplo:

- Vento – Do quadrante NW com intensidade 40-60km/h no litoral e 50-70km/h nas terras altas, acompanhado de rajadas, que poderão superar os 80km/h no litoral e os 100km/h, nas terras altas;
- Precipitação – moderada contínua (10mm/3h) passando a regime de aguaceiros (10mm/h) e que, pontualmente poderão ser de granizo, nas regiões Norte e Centro;
- Agitação marítima – na costa ocidental de NW a variar entre os 4-6m, podendo a altura máxima chegar aos 8-10m.

Acompanhe as previsões em _____ *(indicar o sítio da internet).*

EFEITOS EXPECTÁVEIS

Face à situação acima descrita, poderão ocorrer os seguintes efeitos: *(Indicar os efeitos expectáveis, de acordo com a ocorrência)*

Por exemplo:

- Piso rodoviário escorregadio e eventual formação de lençóis de água ou acumulação de neve ou gelo;

- Possibilidade de cheias rápidas em meio urbano, por acumulação de águas pluviais ou insuficiências dos sistemas de drenagem;
- Possibilidade de inundação por transbordo de linhas de água nas zonas historicamente mais vulneráveis;
- Inundações de estruturas urbanas subterrâneas com deficiências de drenagem;
- Danos em estruturas montadas ou suspensas;
- Possíveis acidentes na orla costeira;
- Danos em estruturas junto à orla costeira.

MEDIDAS PREVENTIVAS

A ANPC/CDOS de Braga recorda que **o eventual impacto destes efeitos pode ser minimizado, sobretudo através da adoção de comportamentos adequados**, pelo que, e em particular nas zonas historicamente mais vulneráveis, se recomenda a observação e divulgação das principais medidas de autoproteção para estas situações, nomeadamente: *(Indicar os efeitos expectáveis, de acordo com a ocorrência)*

Por exemplo:

- Garantir a desobstrução dos sistemas de escoamento das águas pluviais e retirada de inertes e outros objetos que possam ser arrastados ou criem obstáculos ao livre escoamento das águas;
- Adotar uma condução defensiva, reduzindo a velocidade e tendo especial cuidado com a possível acumulação de neve e formação de lençóis de águas nas vias;
- Não atravessar zonas inundadas, de modo a precaver o arrastamento de pessoas ou viaturas para buracos no pavimento ou caixas de esgoto abertas;
- Garantir uma adequada fixação de estruturas soltas, nomeadamente, andaimes, placards e outras estruturas suspensas;
- Ter especial cuidado na circulação e permanência junto de áreas arborizadas, estando atento para a possibilidade de queda de ramos e árvores, em virtude de vento mais forte.

3.3.2. Modelo de comunicado de ponto de situação e evolução de ocorrências



COMUNICADO DE PONTO DE SITUAÇÃO

COMUNICADO Nº _____

DIA/MÊS/ANO | HORA:MIN

Informa-se que se verificou a _____ (indicar a data e a hora em que se verificou a ocorrência), em _____ (indicar o local da ocorrência), uma _____ (indicar a ocorrência ou a evolução da ocorrência, de acordo com o comunicado). Esta ocorrência provocou, conforme dados provisórios, _____ (indicar o número de feridos, vítimas ou danos materiais). Foram destacados para o local/encontram-se no local _____ (indicar os agentes de proteção civil/organismos e entidades de apoio intervenientes nas operações, os veículos e equipamentos utilizados), estando interditas as seguintes vias _____ (locais de acesso interdito ou restrito). Informa-se ainda que as Zonas de Concentração e Apoio à População localizam-se em _____ (indicar o local das ZCAP's).

Recomenda-se à população especial atenção às medidas de autoproteção/regras de evacuação/confinamento, _____ (indicar de acordo com o caso) e ter em conta as ordens das autoridades territorialmente competentes, mantendo-se atento ao desenvolvimento da situação.

Previsão do próximo comunicado:

Data: __/__/____

Hora: __ horas __ min

ANPC/ CDOS de Braga

4. Lista de distribuição

4.1 Serviços de Proteção Civil

Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
ANPC – Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS)
ANPC – Comandante do Agrupamento Distrital do Norte
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Braga (CDOS Braga)
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro do Porto (CDOS Porto)
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Viana do Castelo (CDOS Viana do Castelo)
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Vila Real (CDOS Vila Real)
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Bragança (CDOS Bragança)
Câmara Municipal de Amares
Câmara Municipal de Barcelos
Câmara Municipal de Braga
Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto
Câmara Municipal de Celorico de Basto
Câmara Municipal de Esposende
Câmara Municipal de Fafe
Câmara Municipal de Guimarães
Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso
Câmara Municipal de Terras de Bouro
Câmara Municipal de Vieira do Minho
Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
Câmara Municipal de Vila Verde
Câmara Municipal de Vizela

4.2 Comissão Distrital de Proteção Civil (CDPC) de Braga

Presidente da Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso
Presidente da Câmara Municipal de Barcelos
Presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto
Comandante Operacional Distrital de Braga
Ministério das Finanças
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Ministério da Defesa Nacional - Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 6
Ministério da Administração Interna
Ministério da Justiça
Ministério Economia - Departamento de Planeamento e Licenciamento Industrial da Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
Ministério do Ambiente - Diretor Regional da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. da Administração da Região Hidrográfica do Norte
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural- Diretor do Departamento do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas do Norte do ICNF, I.P.
Ministério da Saúde - Diretor da Administração Regional de Saúde do Norte
Ministério da Educação - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) Direção de Serviços da Região Norte - Diretor do Agrupamento de Escolas D. Maria II, Braga
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Diretor do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga
Comando Distrital de Braga da Polícia de Segurança Pública
Comando Territorial de Braga da Guarda Nacional Republicana
Delegação Regional de Braga do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Direção Regional do Norte do Serviço de Informações de Segurança
Delegação Distrital de Braga da Polícia Judiciária
Autoridade Marítima/Capitania de Viana do Castelo
Instituto Nacional de Emergência Médica
Liga dos Bombeiros Portugueses
Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais

4.3 Agentes de Proteção Civil

Corpos de Bombeiros	Companhia de Bombeiros Sapadores
	CBV Amares
	CBV Barcelos
	CBV Barcelinhos
	CBV Braga
	CBV Cabeceiras de Basto
	CBV Caldas das Taipas
	CBV Celorico de Basto
	CBV Esposende
	CBV Fafe
	CBV Famalicão
	CBV Famalicenses
	CBV Fão
	CBV Guimarães
	CBV Póvoa de Lanhoso
	CBV Riba de Ave
	CBV Terras de Bouro
	CBV Vieira do Minho
	CBV Viatodos
	CBV Vila Verde
	CBV Vizela
GNR	Comando Territorial de Braga
PSP	Comando Distrital Braga
Forças Armadas	EMGFA
AM/PM	Capitania do Porto de Viana do Castelo
	Comando local da Polícia Marítima
Autoridade Nacional da Aviação Civil	
Instituto Nacional de Emergência Médica	
Sapadores Florestais	

4.4 Organismos e Entidades de Apoio²⁰

Associações Humanitárias de Bombeiros do distrito de Braga
ASCENDI
Brisa - Autoestradas de Portugal S. A
Caritas Portuguesa (Cáritas Diocesana de Braga)
Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte
Corpo Nacional de Escutas (CNE) – Junta Regional de Braga
Cruz Vermelha Portuguesa – Plataforma Regional Norte
EDP – Distribuição e Energia, SA
Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP)
Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS- União Distrital de Braga)
Hospital de Braga
Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF)
Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P./Centro de Sangue e da Transplantação do Porto (IPST/CST)
Instituto dos Registos e do Notariado (IRN)
Ministério Público
Organização de Radioamadores – Rede dos Emissores Portugueses
União das Misericórdias Portuguesas (Secretariado de Braga)
Universidade do Minho

²⁰ Que não integram a CDPC





ANEXOS

ANEXO I – Cartografia de suporte às operações de emergência de proteção Civil

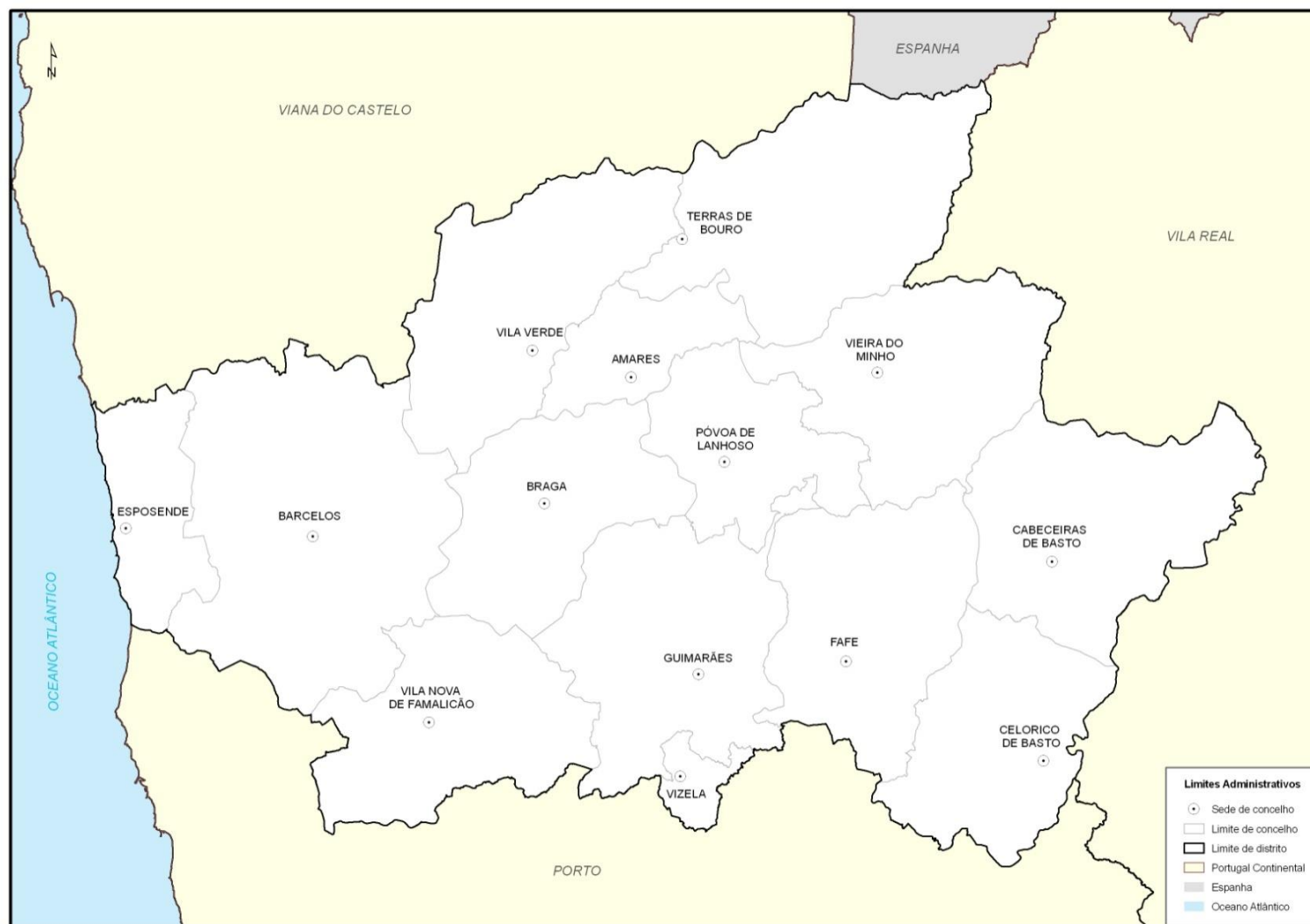


Figura 1 – Divisão administrativa do distrito de Braga por concelhos

(fonte: CAOP - DGT, 2013)

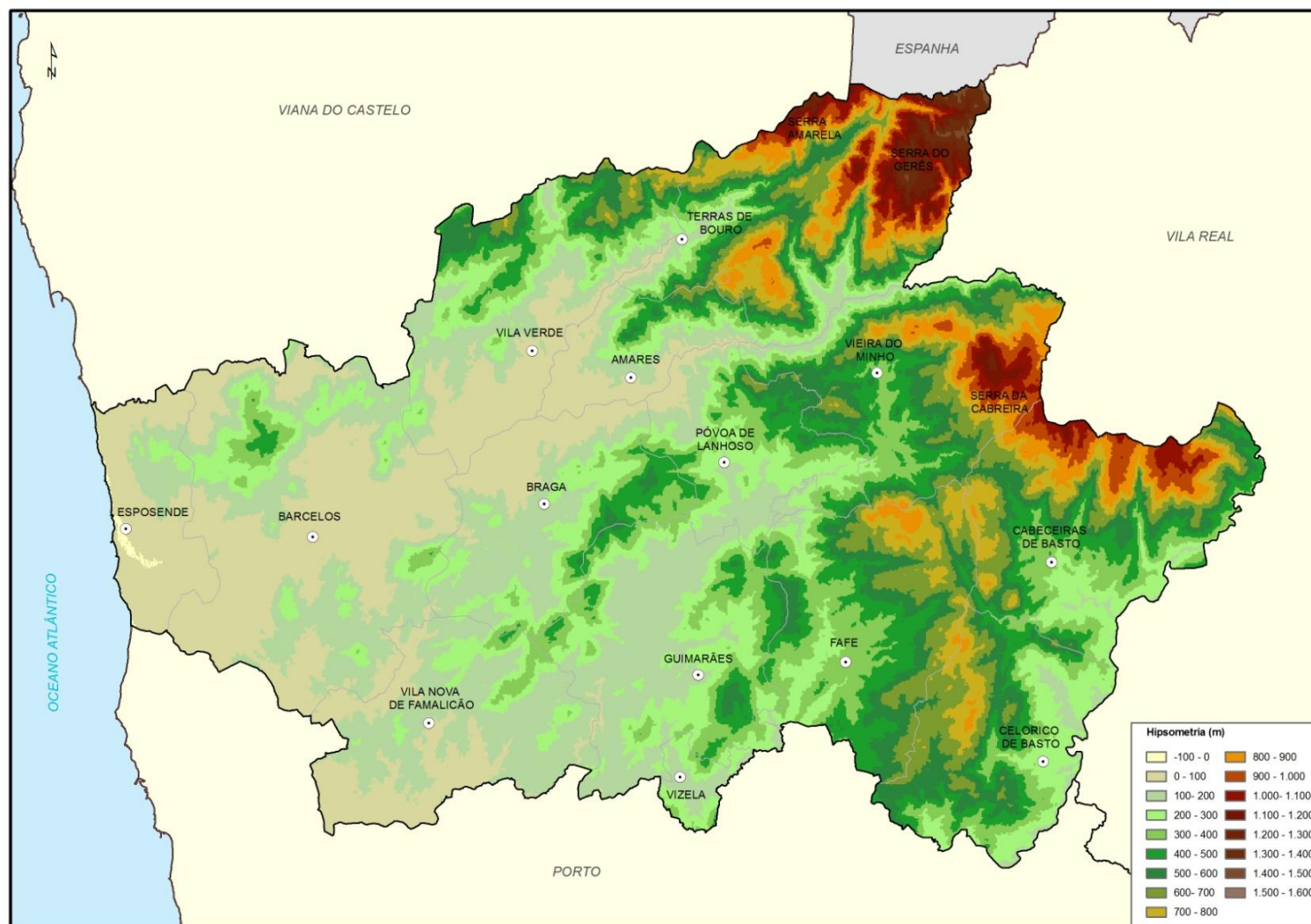


Figura 2 – Hipsometria do distrito de Braga

(fonte: USGS, 2005)

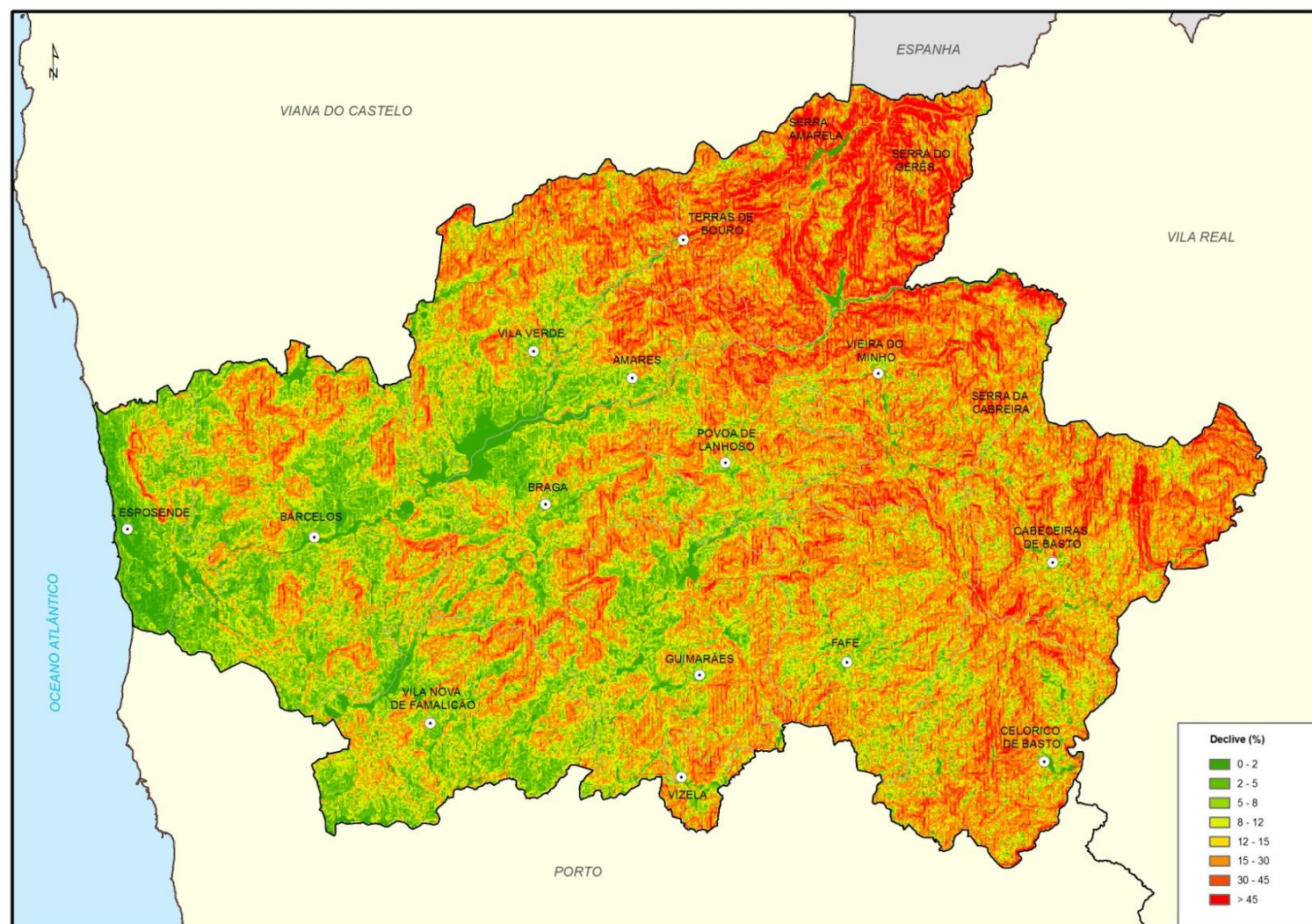


Figura 3 – Declives do distrito de Braga

(fonte: USGS, 2005)

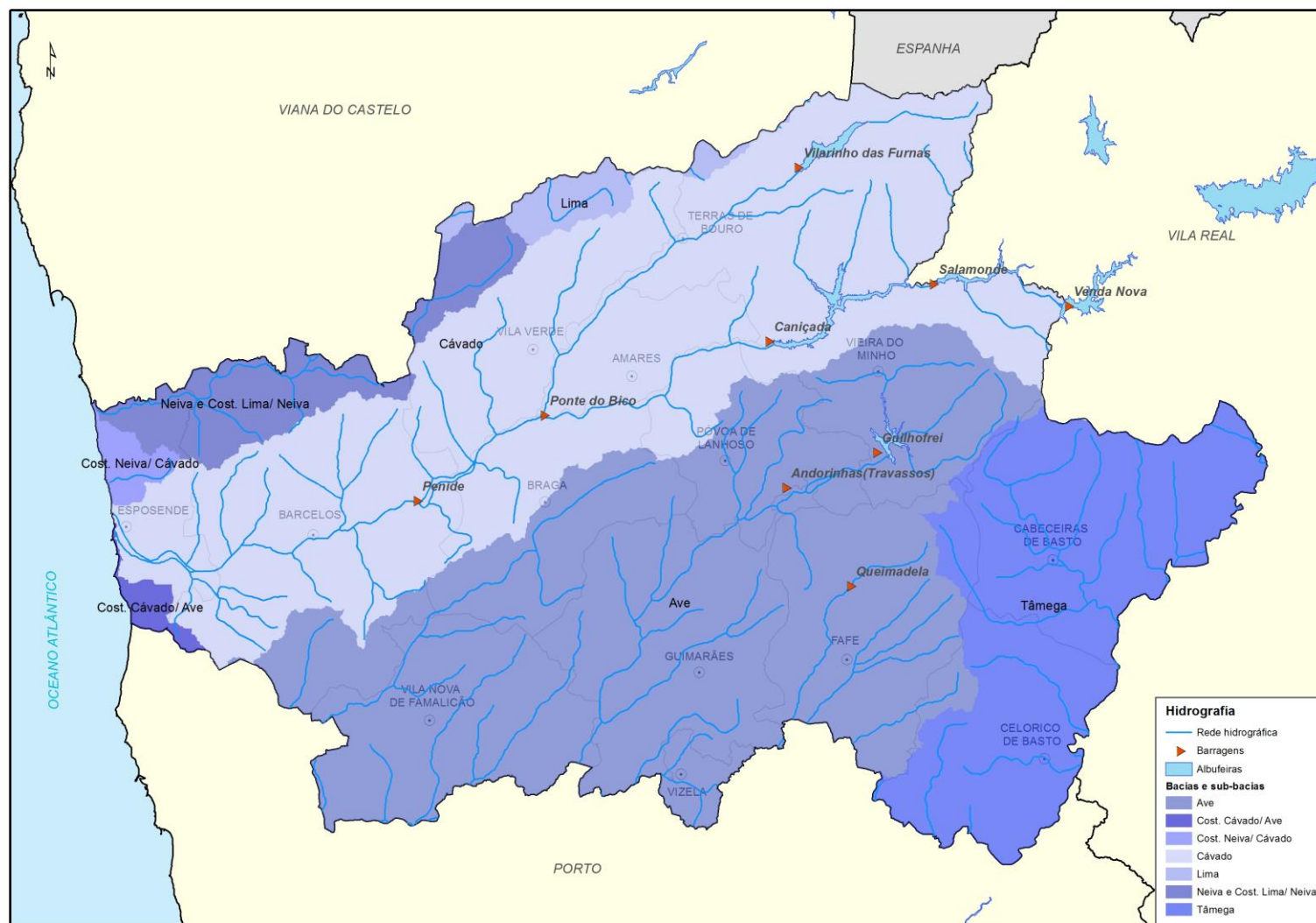


Figura 4 – Bacias hidrográficas e respetiva rede hidrográfica compreendida no distrito de Braga

(fonte: CAOP – DGT, 2013; InterSIG – INAG, 2010)

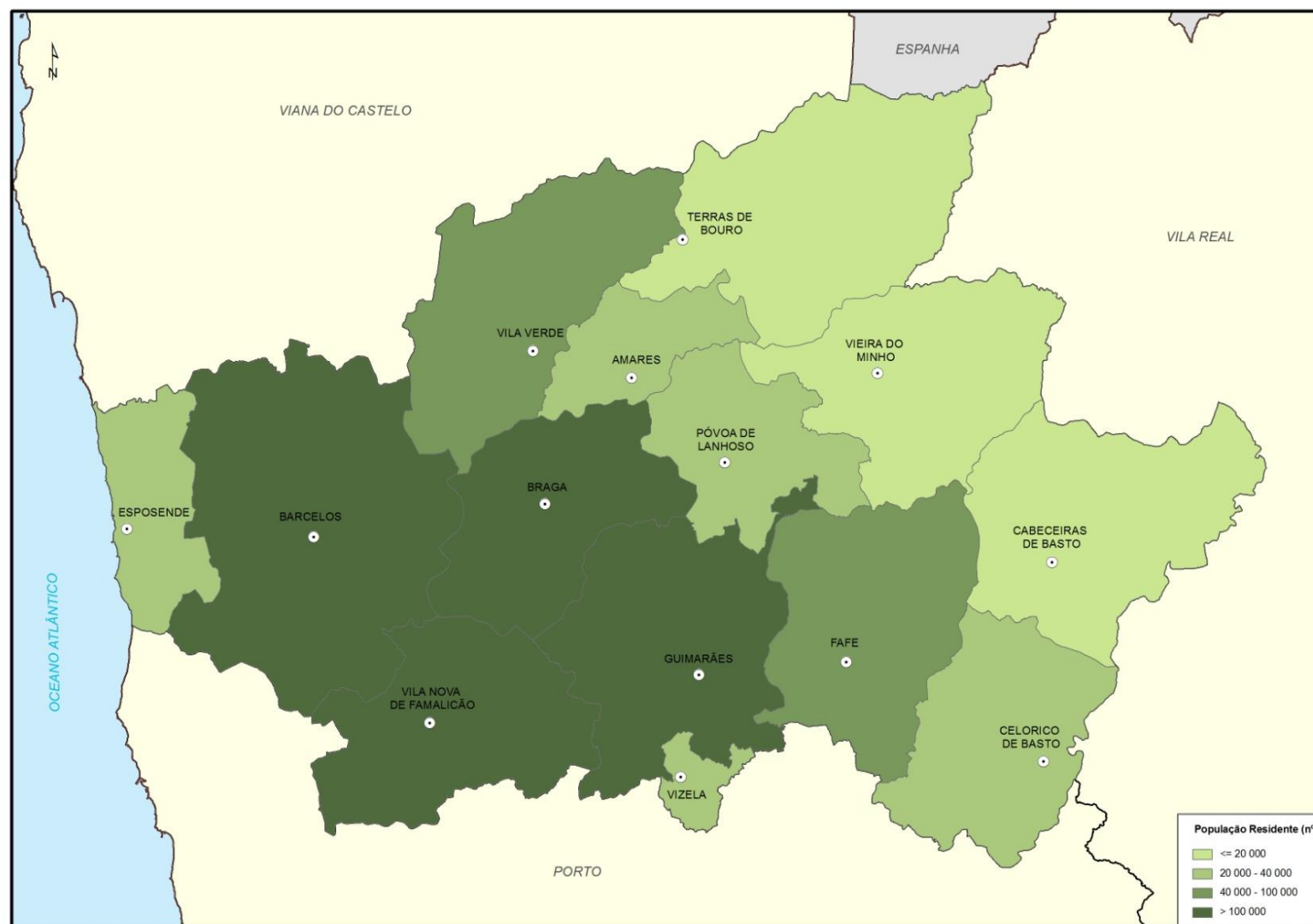


Figura 5 – População residente no distrito de Braga (2011)

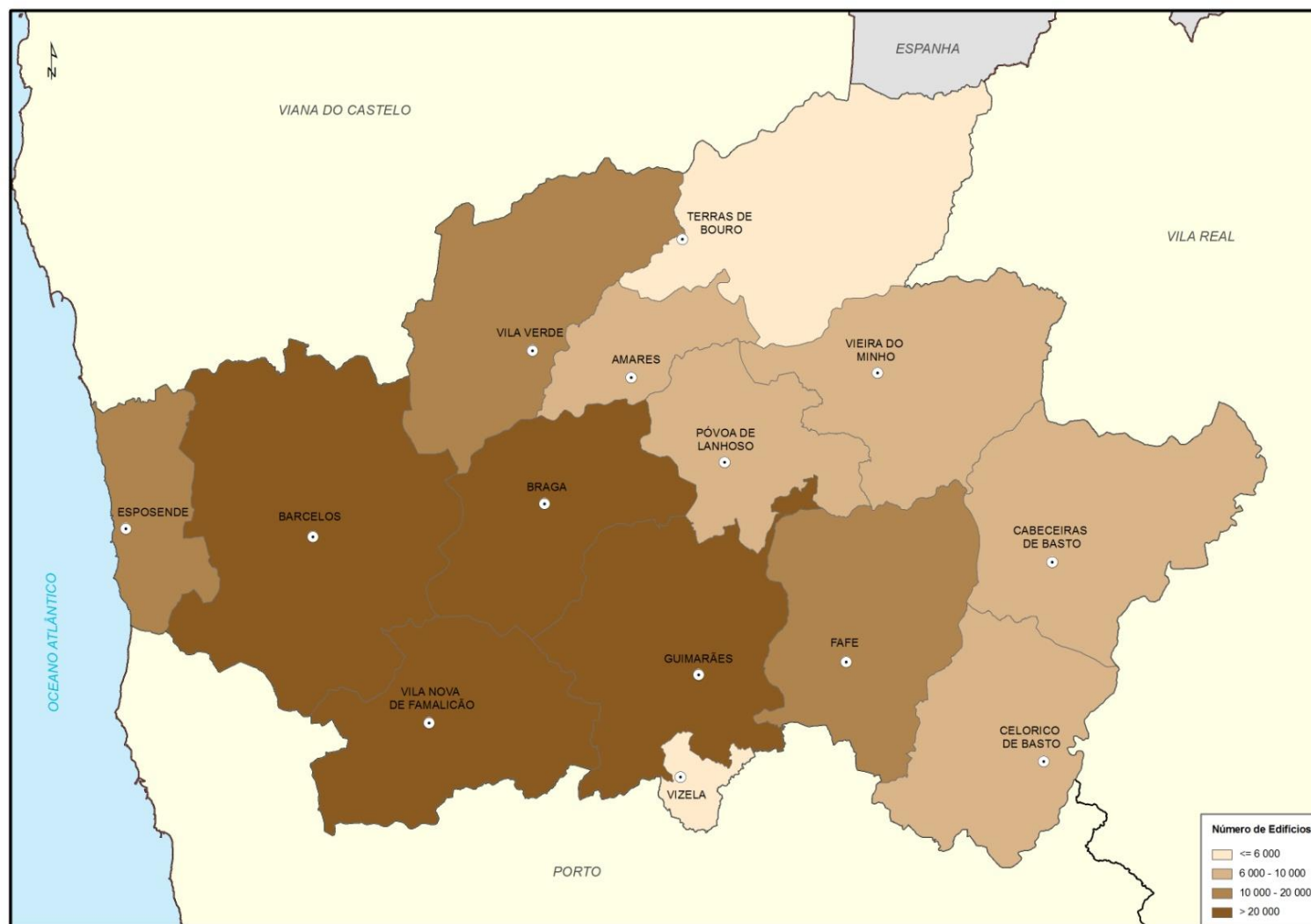


Figura 6 – Número de edifícios por concelho

(fonte: INE – Censos, 2011)

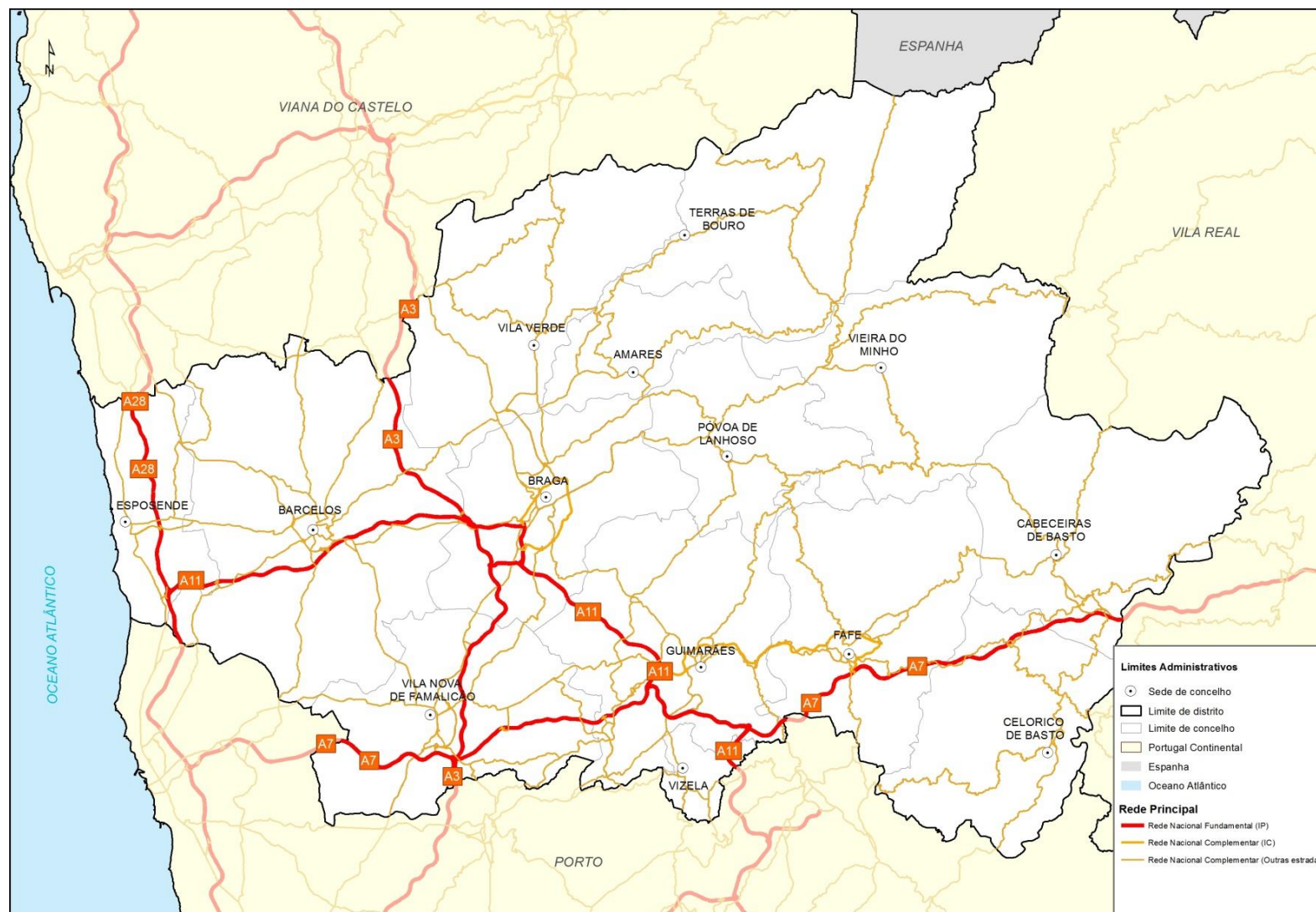


Figura 7 – Estrutura rodoviária do distrito de Braga

(fonte: InfoPortugal, 2013)

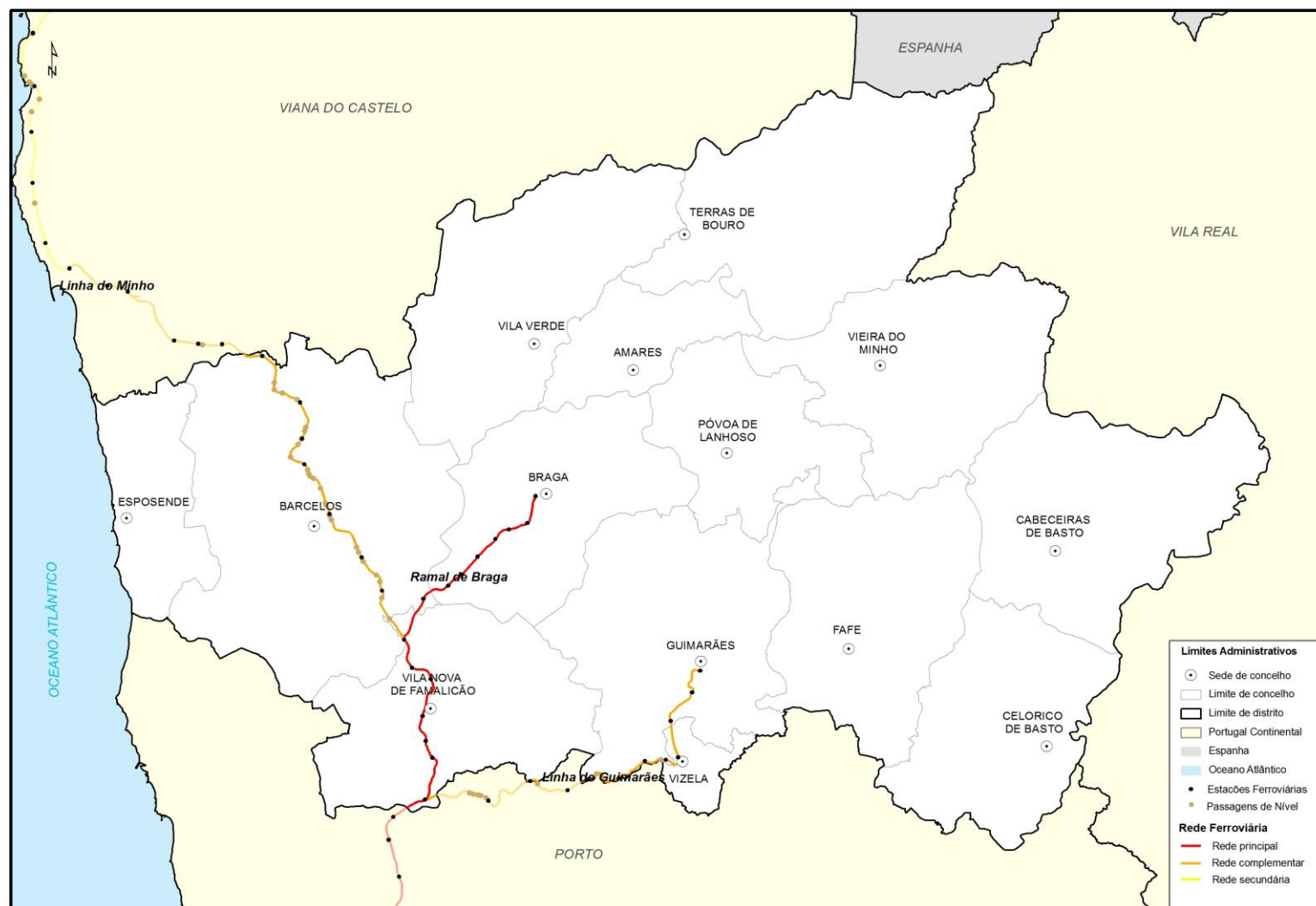


Figura 8 – Rede ferroviária presente no distrito de Braga

(fonte: InfoPortugal, 2013; REFER, 2014)

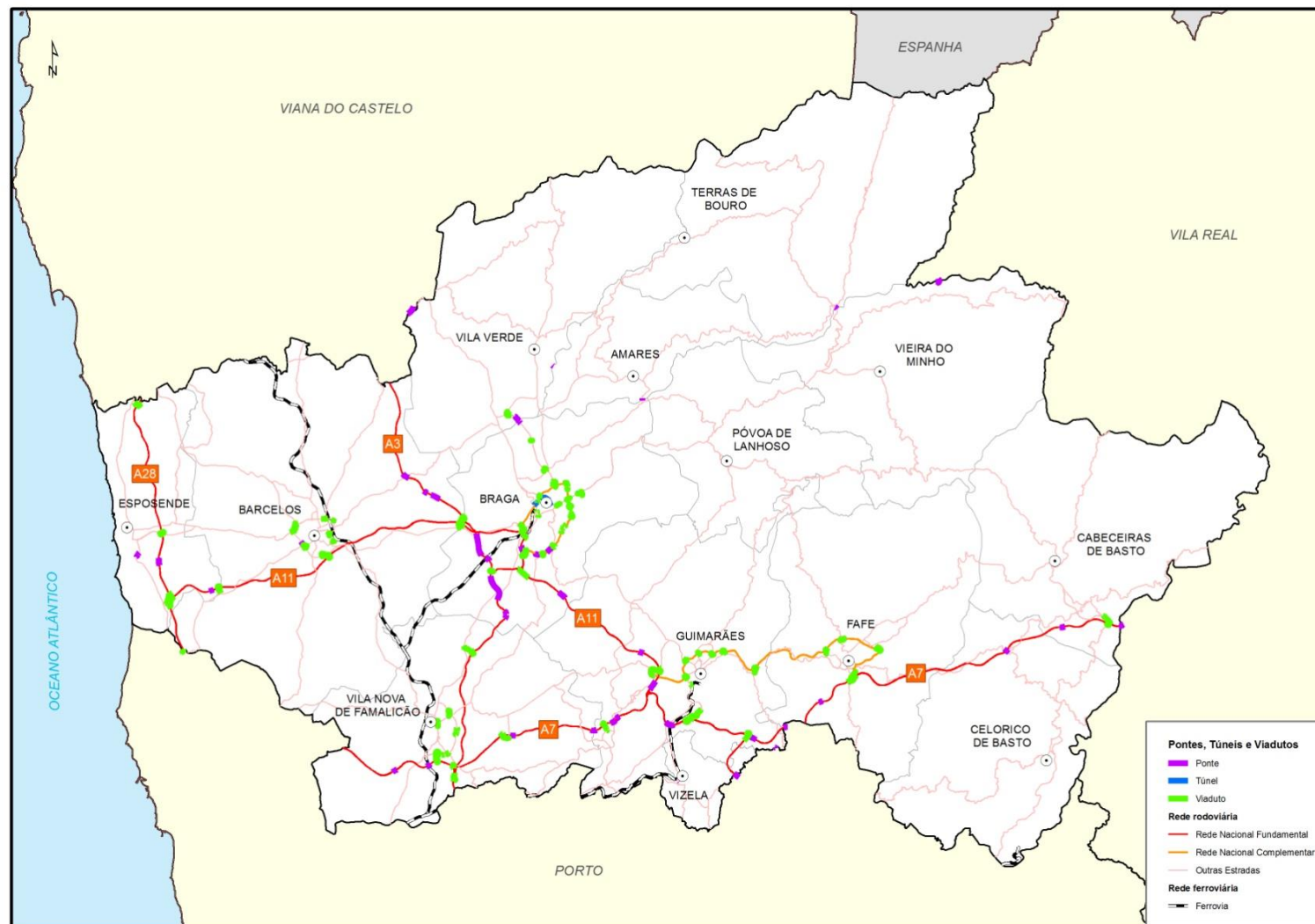


Figura 9 – Pontes, túneis e viadutos
 (fonte: Navteq, 2008 e InfoPortugal, 2013)

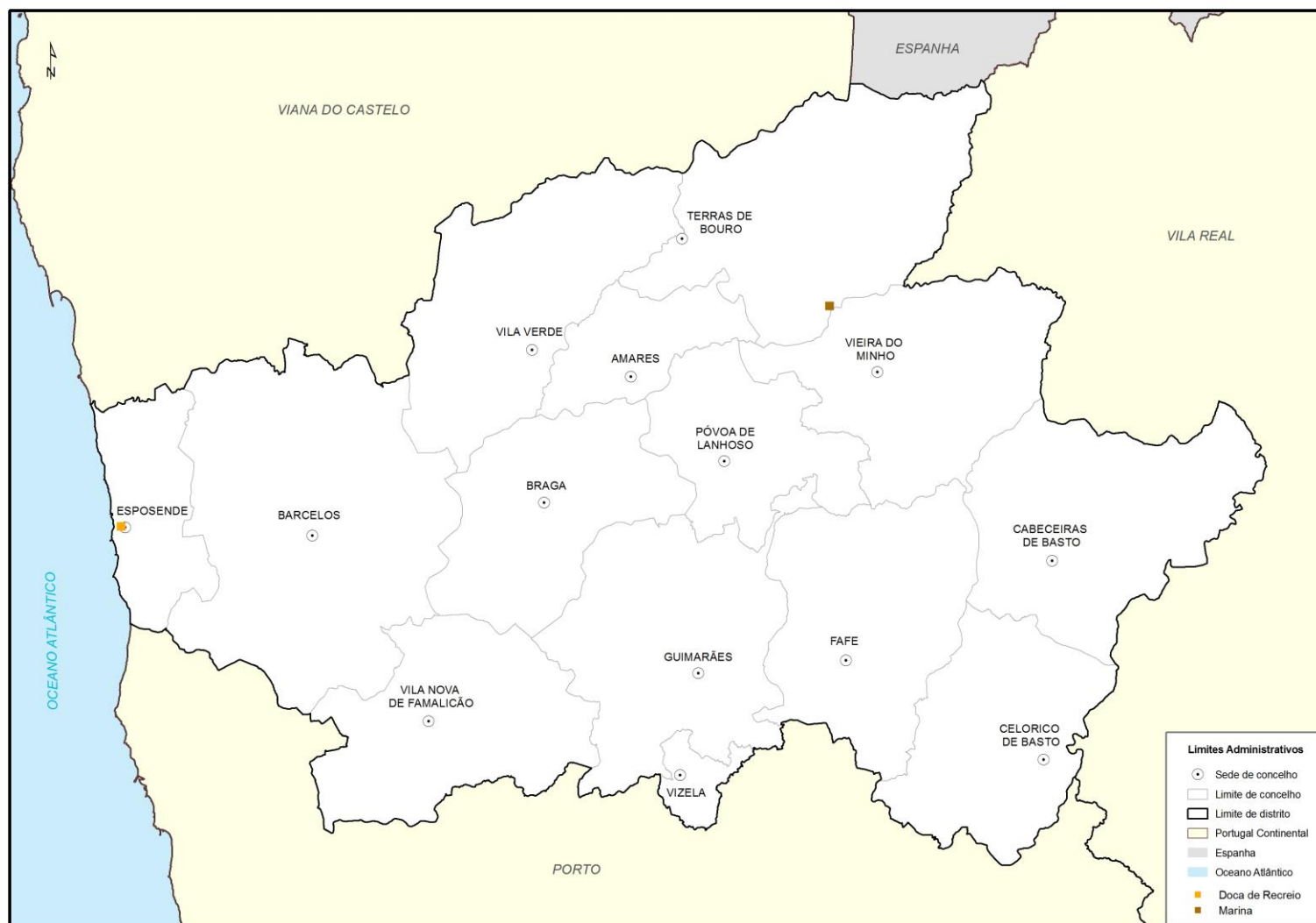


Figura 10 – Portos, marinas e docas no distrito de Braga

(fonte: InfoPortugal, 2013; Docapesca, 2014)

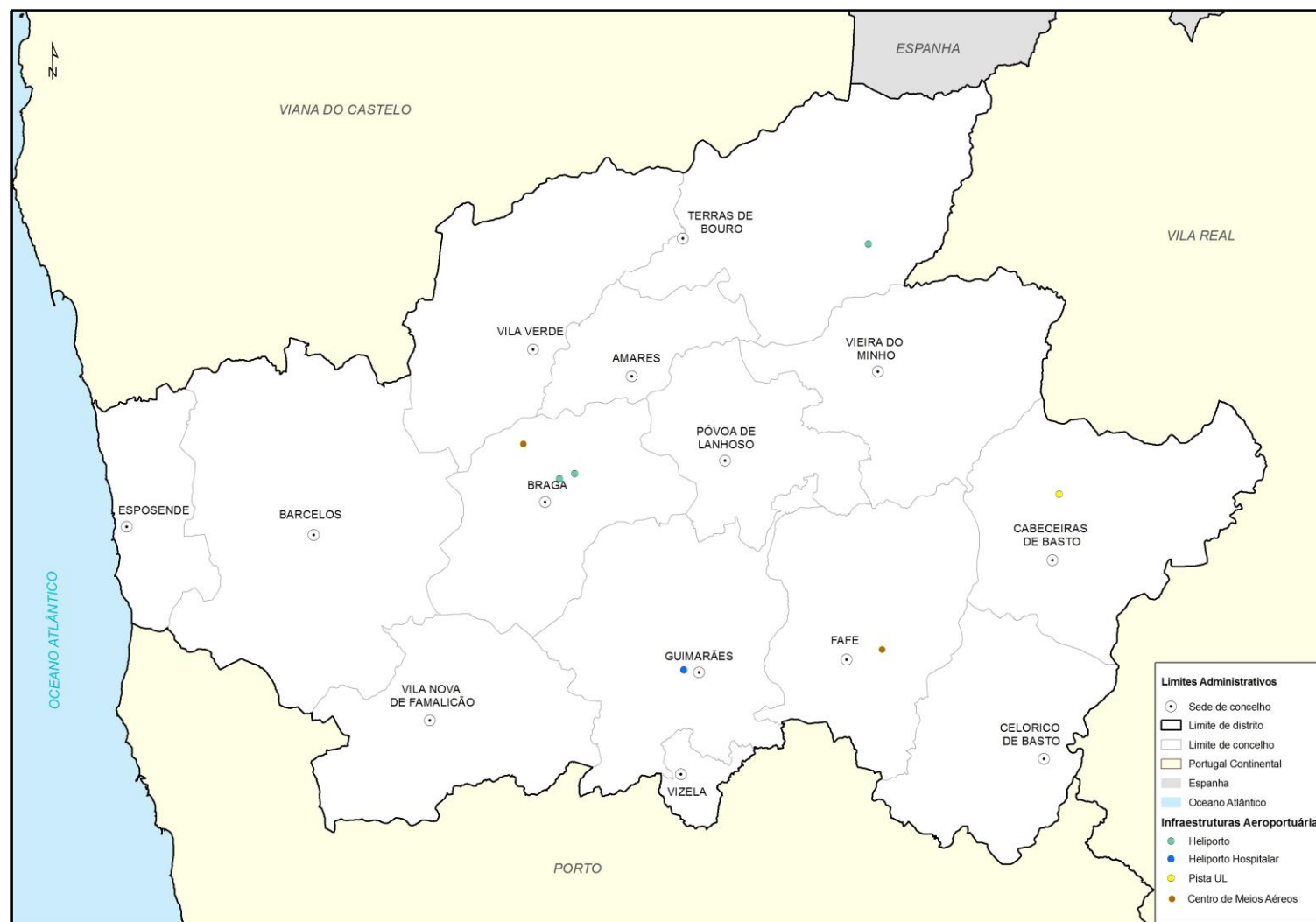


Figura 11 – Infraestruturas aeroportuárias do distrito de Braga

(fonte: INAC, 2011; ANPC, 2014)

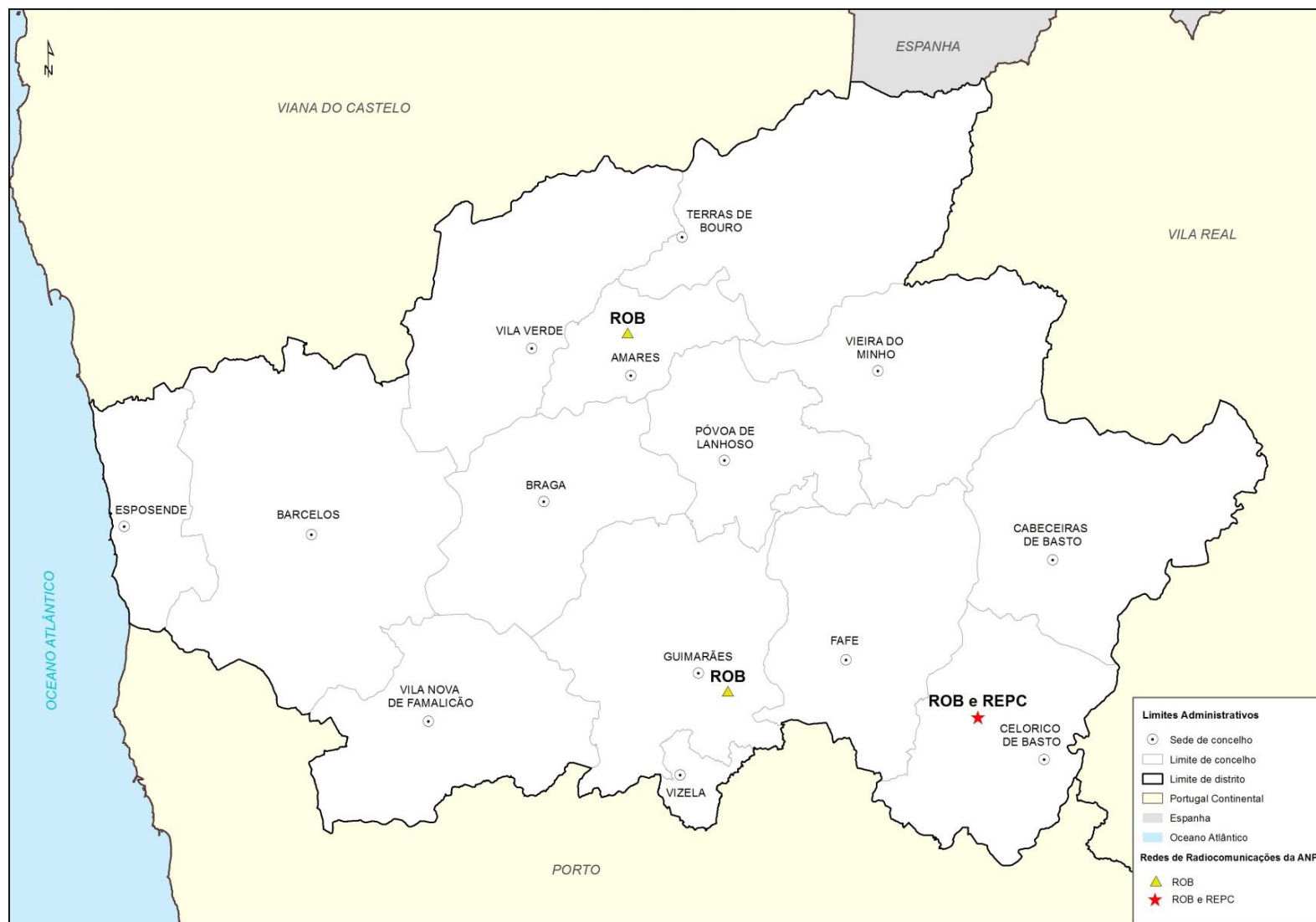


Figura12 – Redes de Radiocomunicações da ANPC

(fonte: ANPC, 2014)

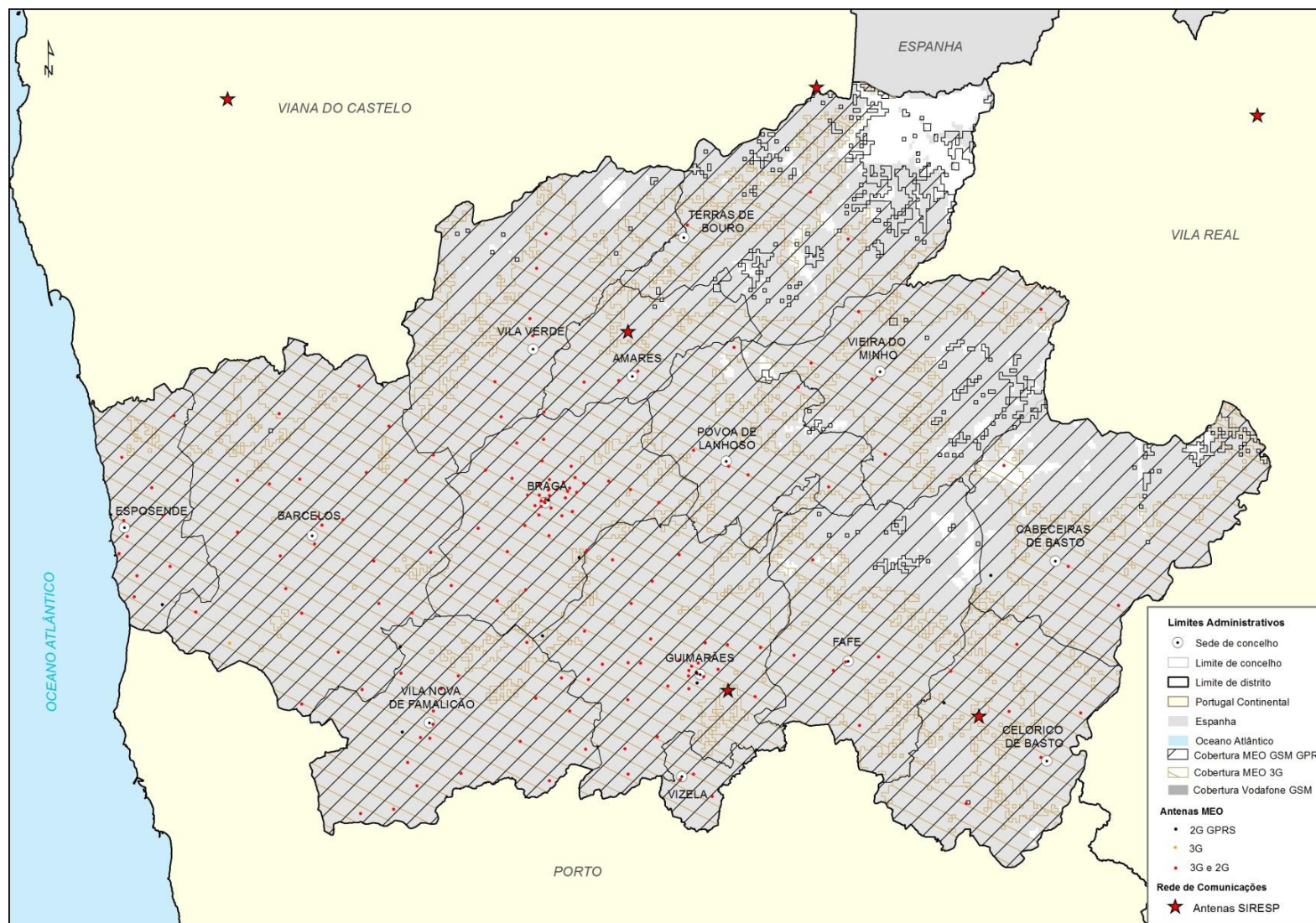


Figura 13 – Rede de Telecomunicações no distrito de Braga

(fonte: ANPC, 2011 e 2013)

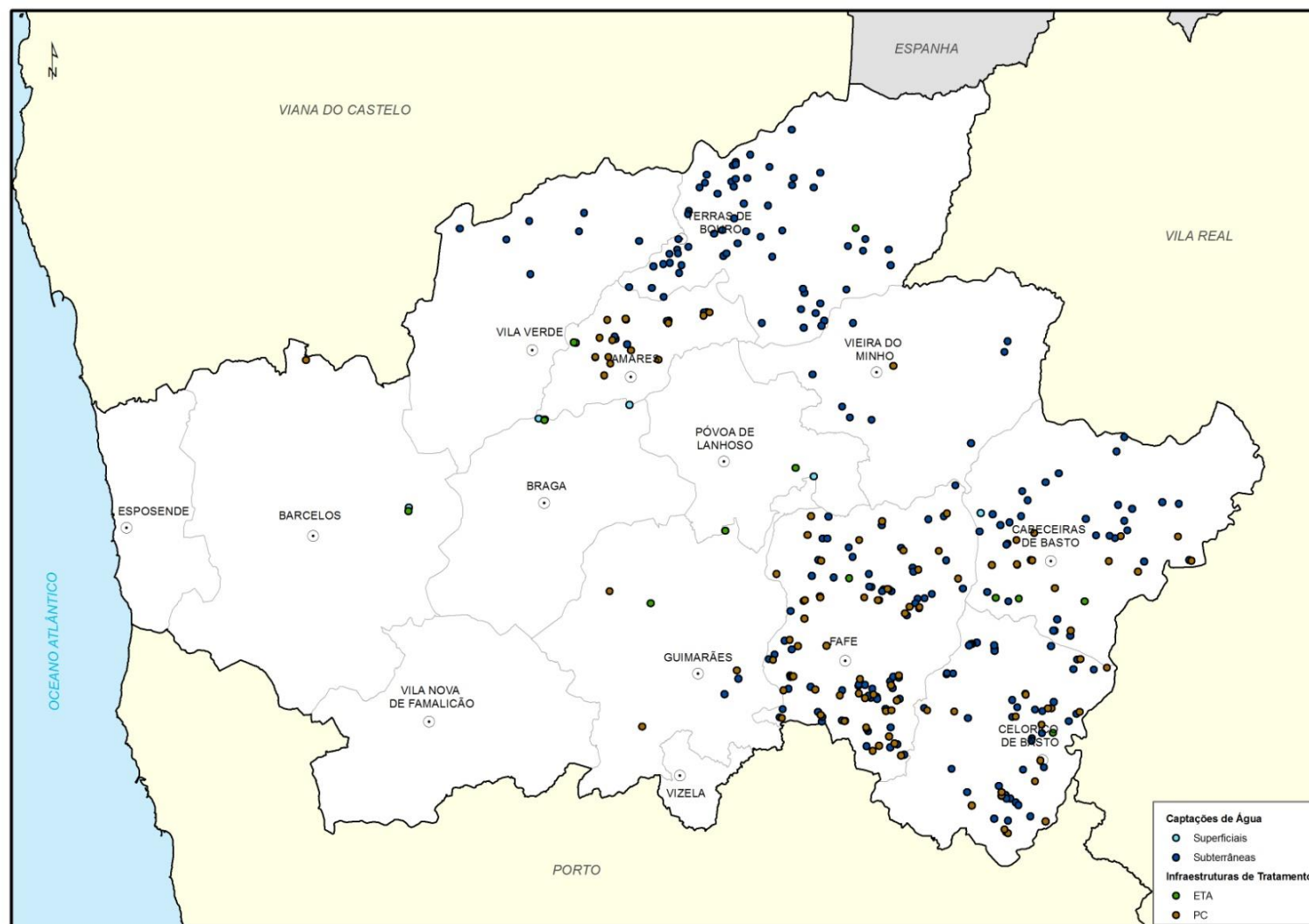


Figura 14 – Infraestruturas hidráulicas dos sistemas de abastecimento em “Alta” existentes no distrito de Braga

(fonte: APA / ERSAR (INSAAR2010))

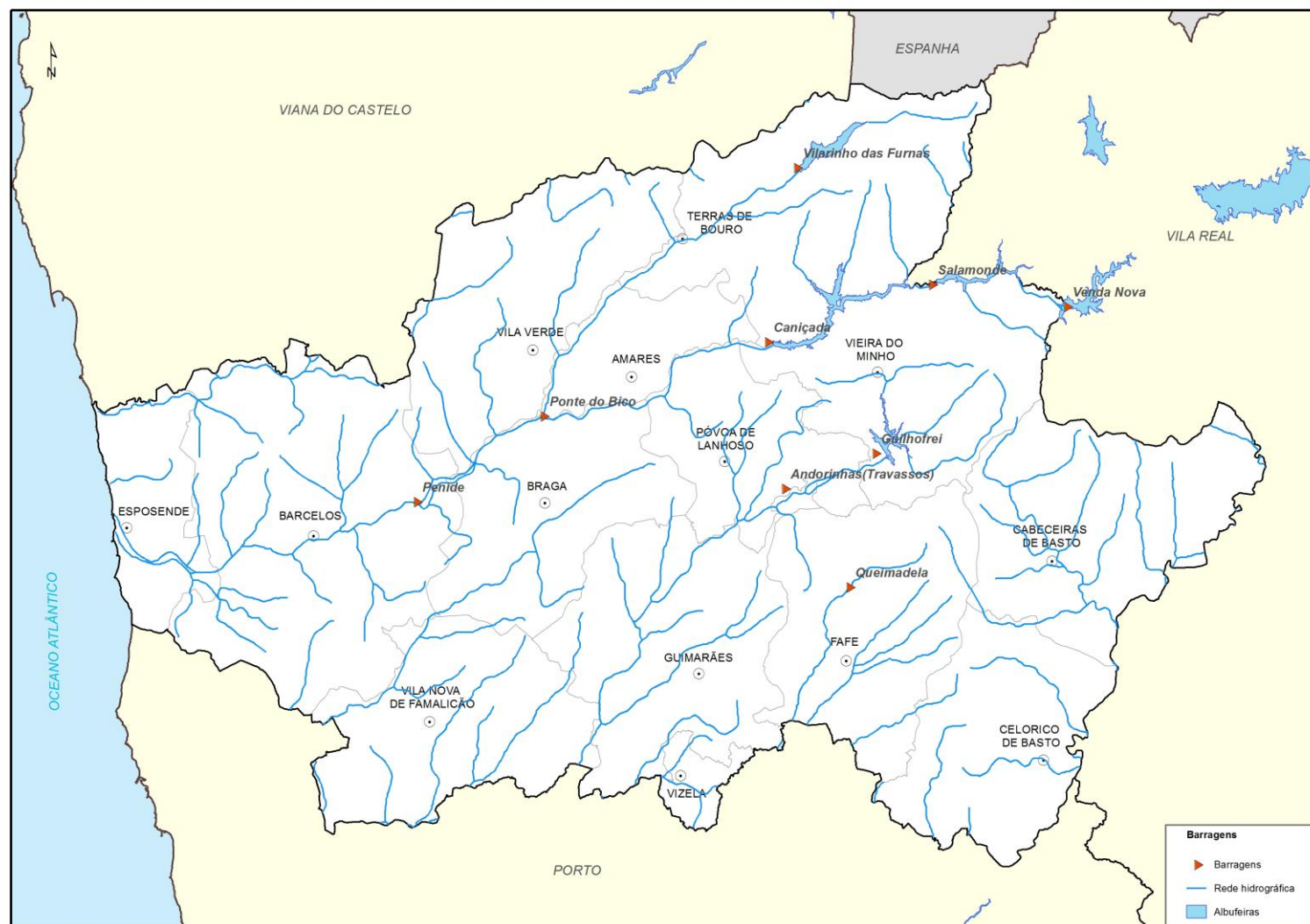


Figura 15 – Barragens do distrito de Braga

(fonte: CNPGB – INAG, 1992; InterSIG – INAG, 2010; Open street map)

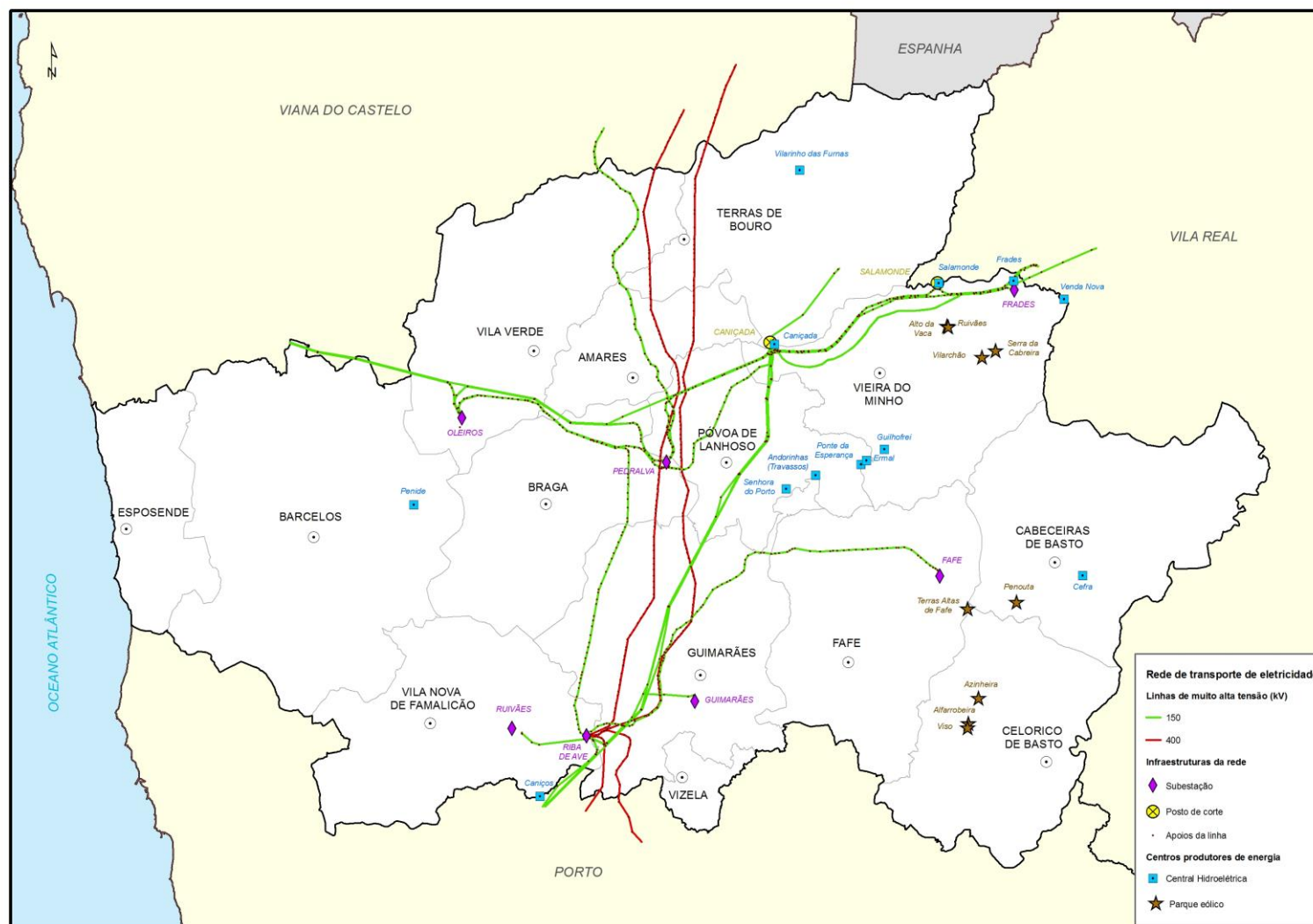


Figura 16 – Rede de transporte de eletricidade e Centros produtores de energia elétrica

(fonte: REN, 2012a; REN, 2014; EDP, 2014; INEGI, 2014; ANPC, 2013; CNPGB, 1992; DRAPC, 2014; EDP, 2008)

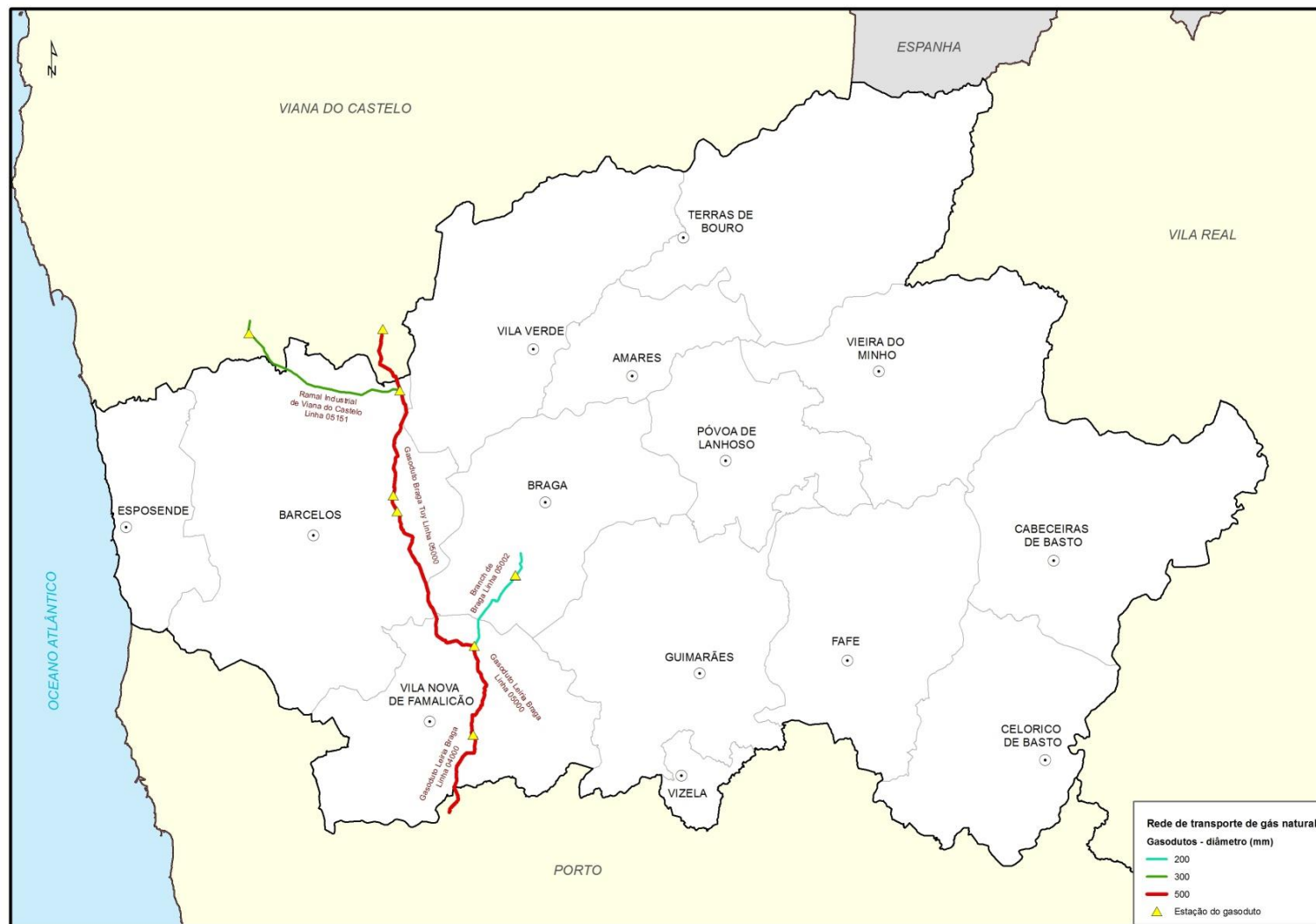


Figura 17 – Rede de transporte de gás natural

(fonte: REN, 2012b)

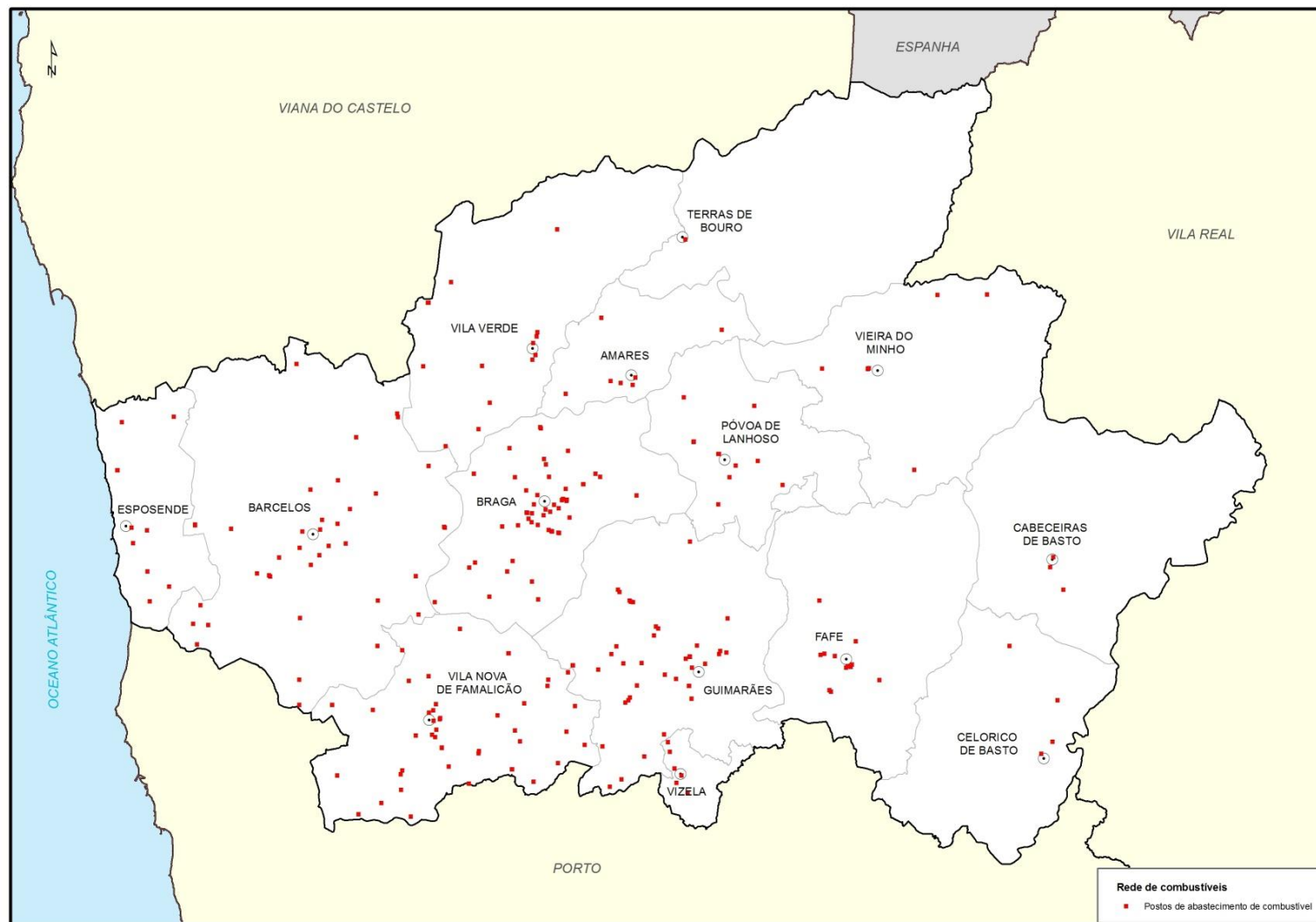


Figura 18 – Postos de abastecimento de combustível

(fonte: DGEG, 2014)

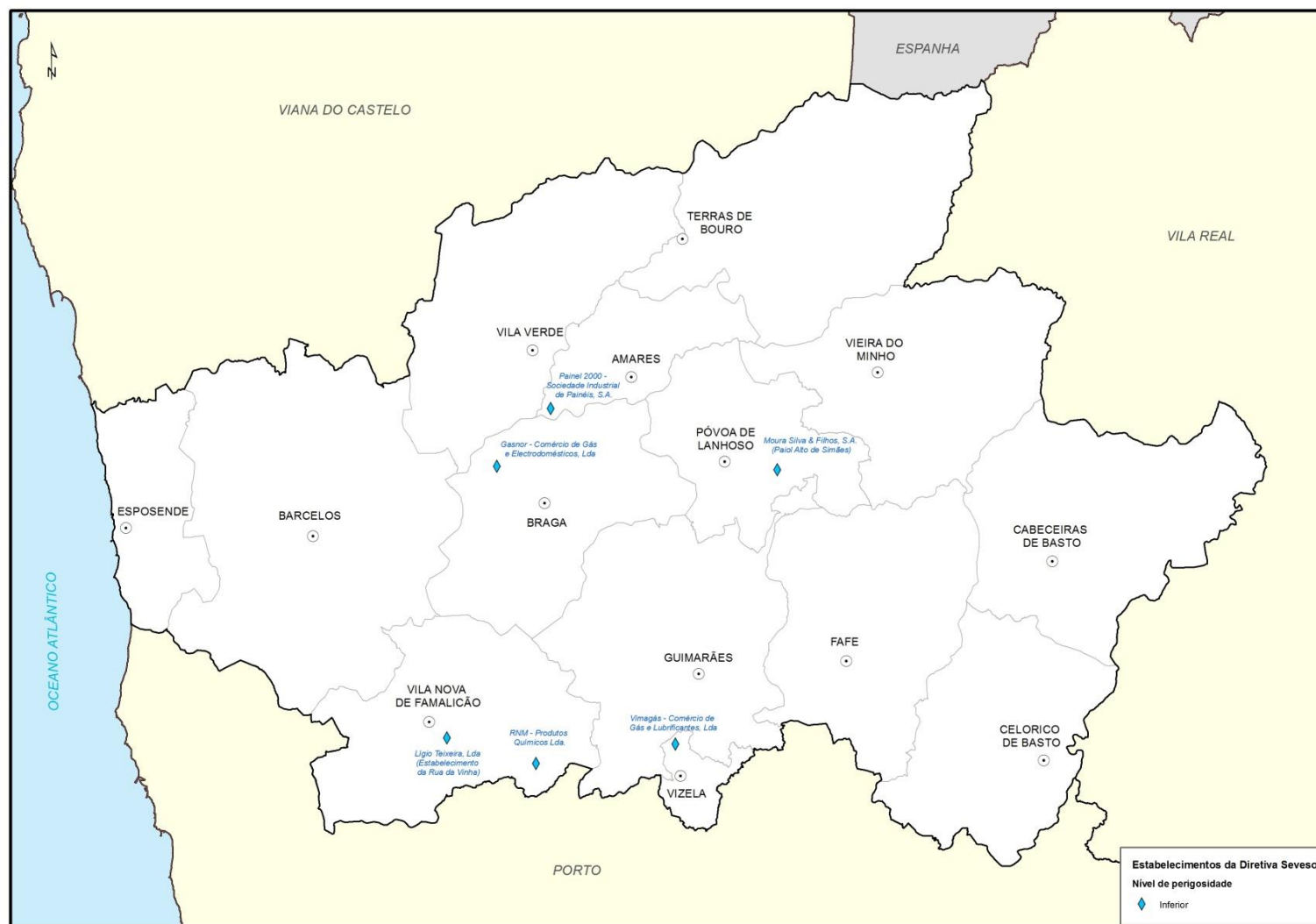


Figura 19 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível inferior de perigosidade – Diretiva Seveso

(fonte: APA, 2013)

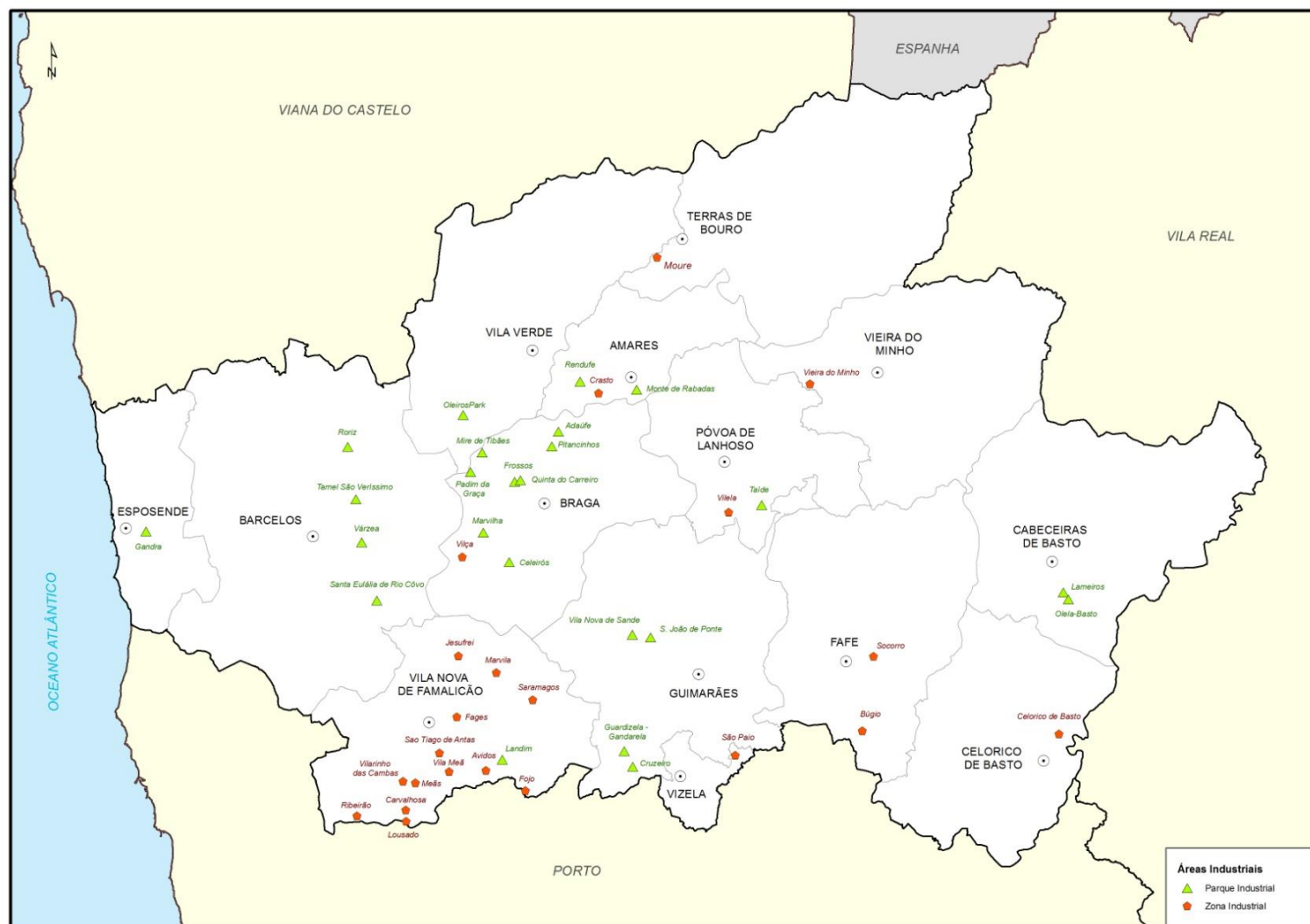


Figura 20 – Áreas industriais

(fonte: InfoPortugal, 2013; Global Find - aicep Global Parques, 2014; Digitalização própria em Google Earth, 2014)

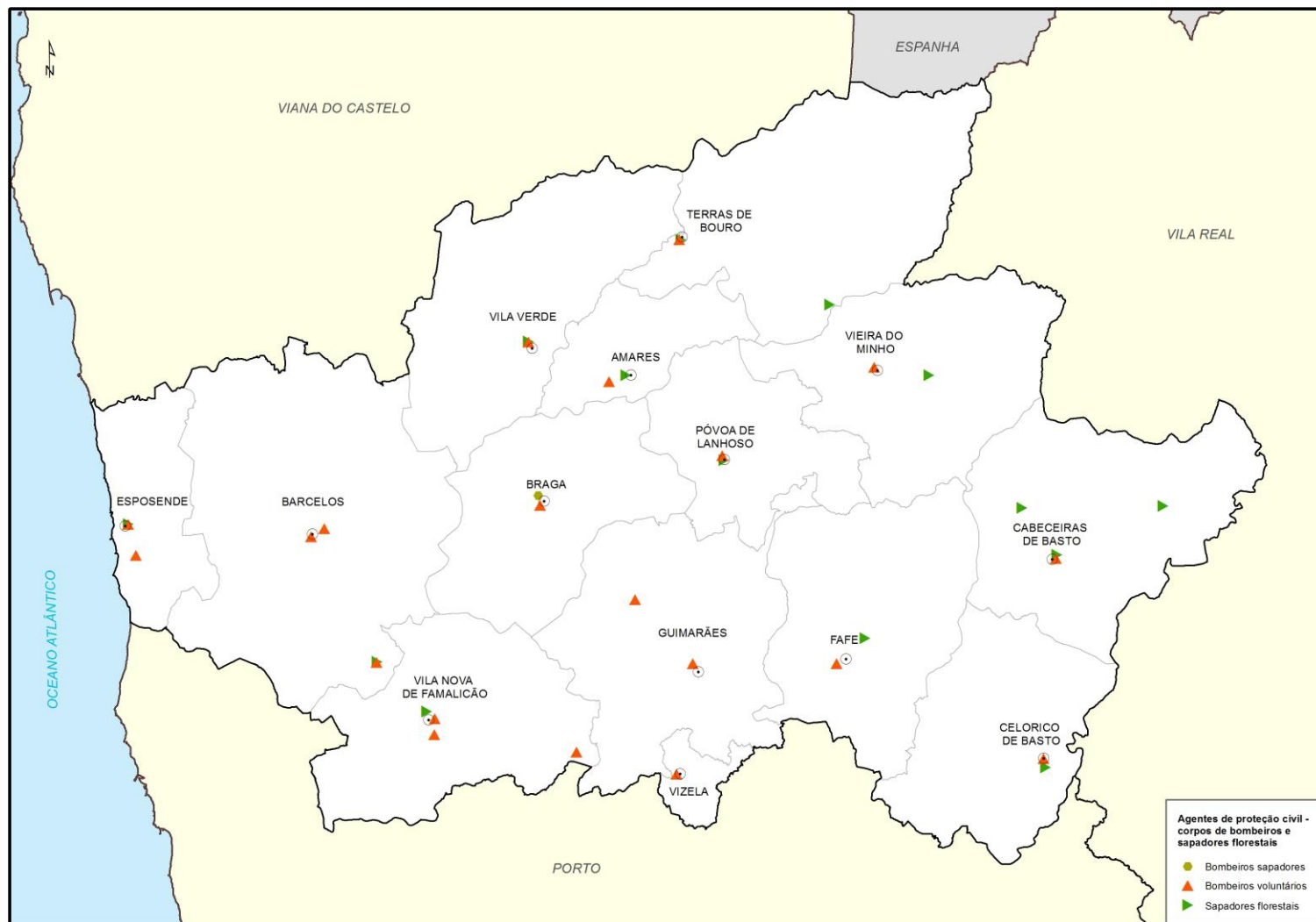


Figura 21 – Agentes de Proteção Civil - instalações dos corpos de bombeiros e sapadores florestais

(fonte: ANPC, 2010 e 2013; ICNF, 2014)

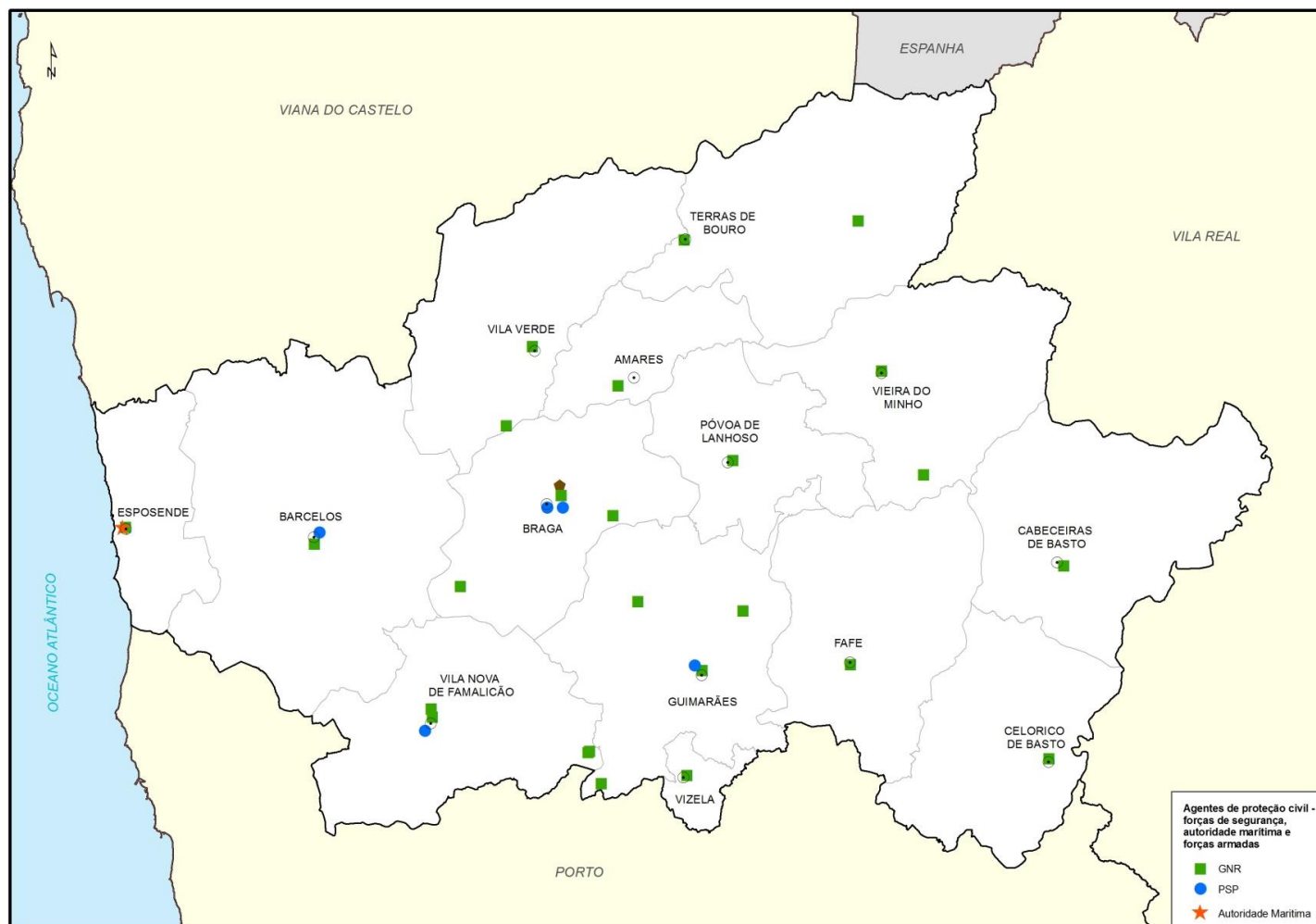


Figura 22 – Agentes de Proteção Civil - instalações das forças de segurança, autoridade marítima e forças armadas²¹

(fonte: InfoPortugal, 2013; Autoridade Marítima, 2014)

²¹ A informação apresentada da Autoridade Marítima é a que se encontra disponível nas bases de dados utilizadas, não tendo sido possível em tempo útil obter informação georreferenciada da Estação salva-vidas de Esposende e da Estação salva-vidas da Apúlia.

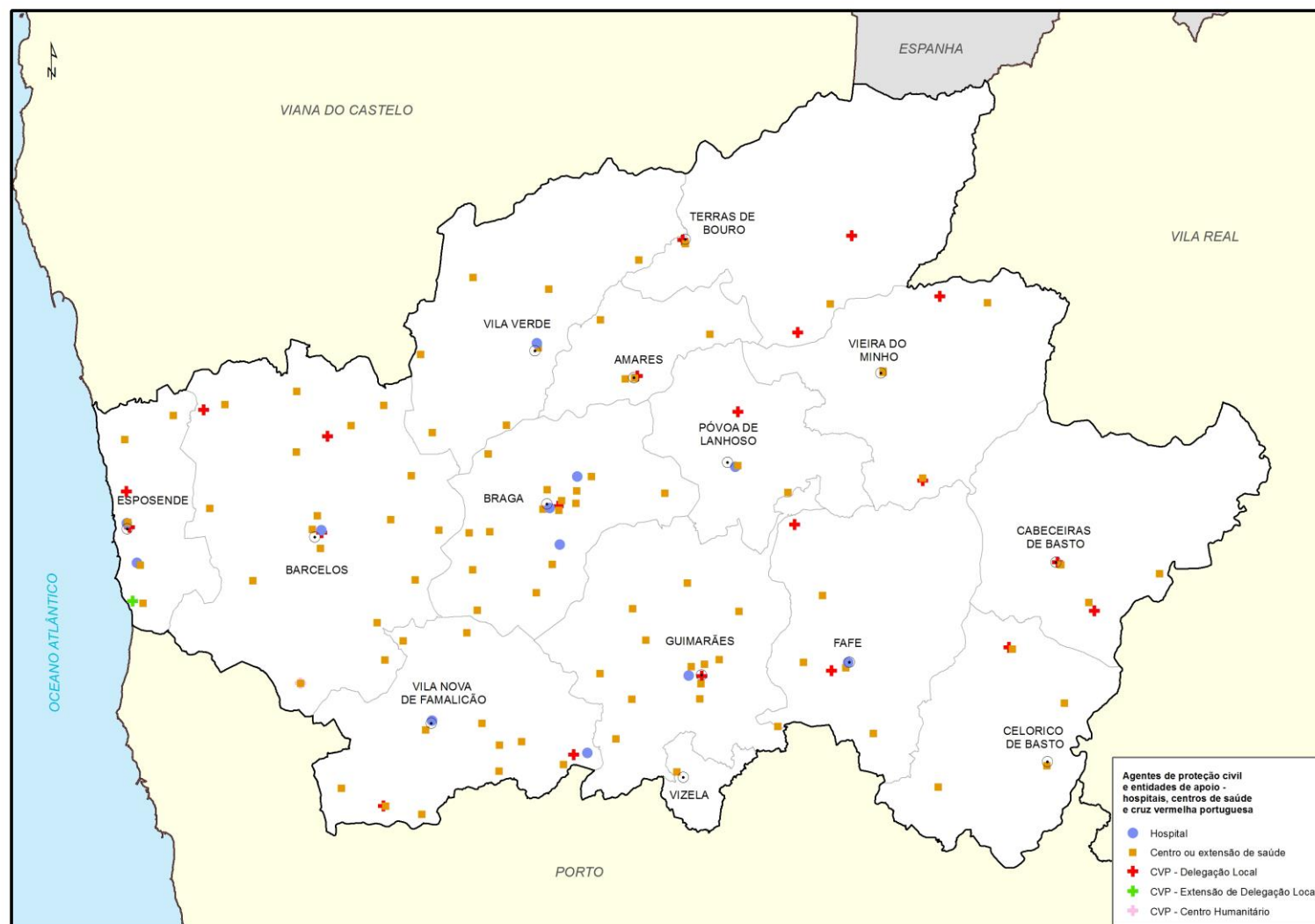


Figura 23 – Agentes de Proteção Civil – hospitais, centros de saúde e Cruz Vermelha Portuguesa

(fonte: InfoPortugal, 2013; CVP, 2014 e Digitalização própria a partir do Google Earth, 2014)

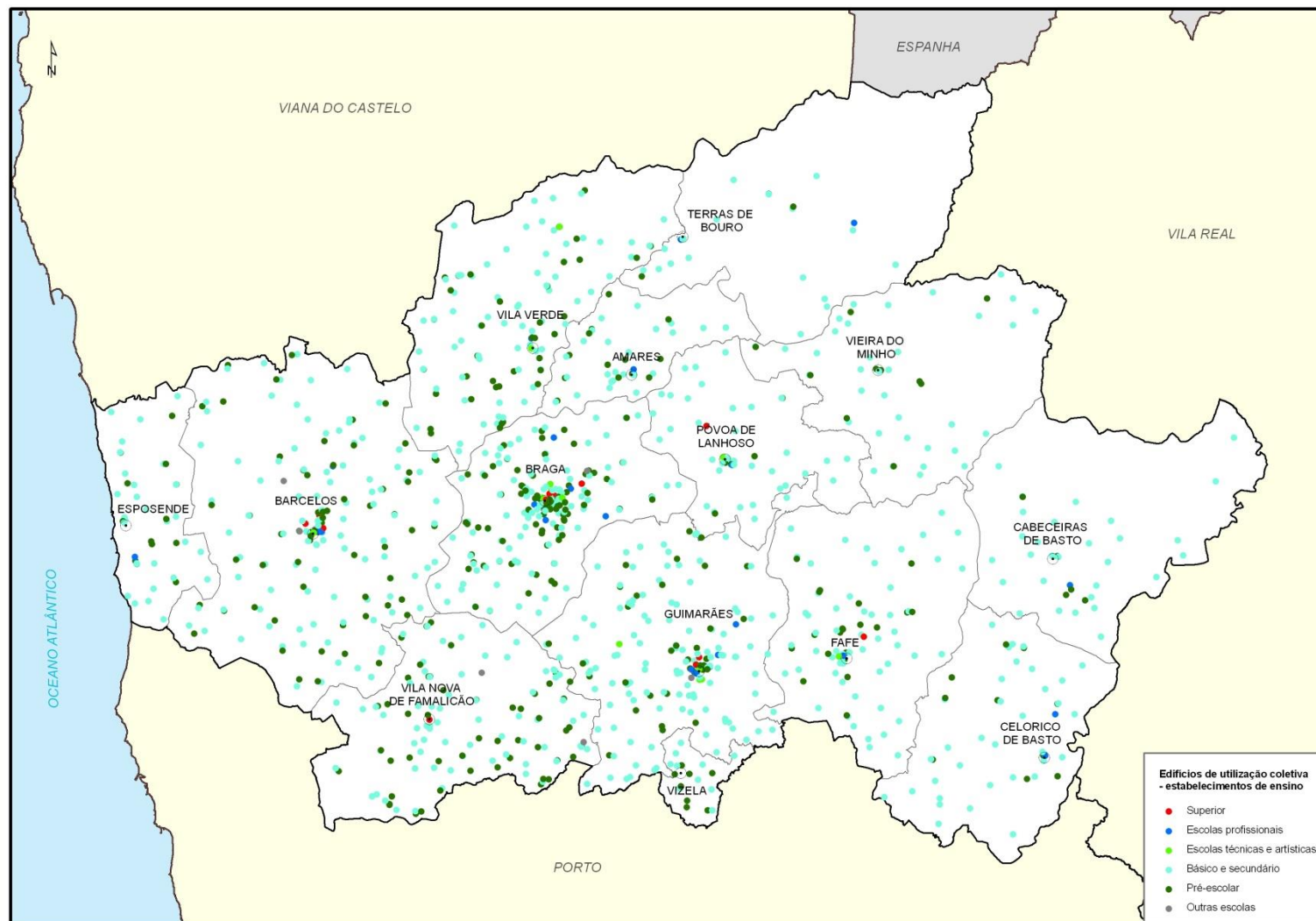


Figura 24 – Edifícios de utilização coletiva – estabelecimentos de ensino

(fonte: InfoPortugal, 2013)

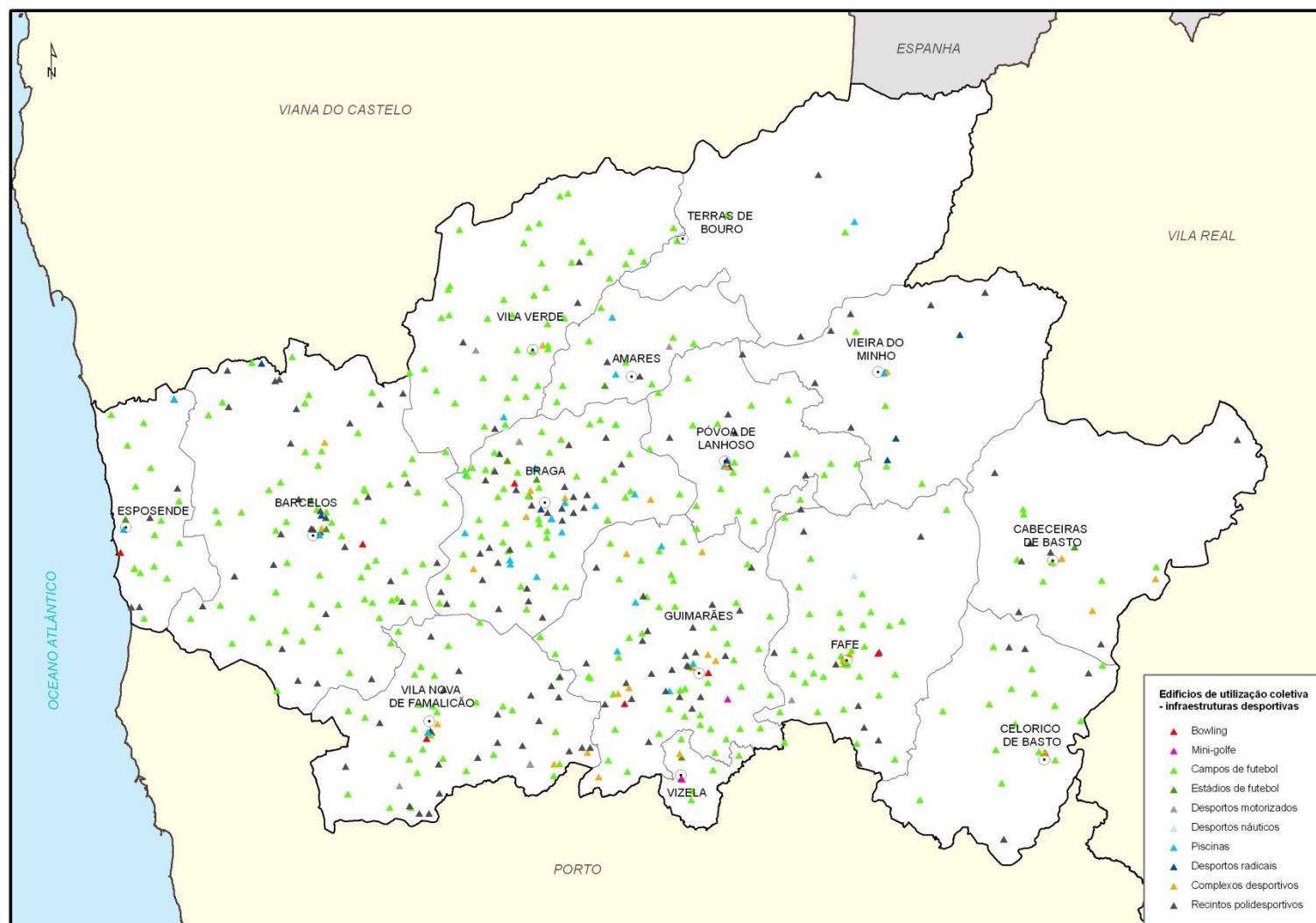


Figura 25 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas desportivas

(fonte: InfoPortugal, 2013)

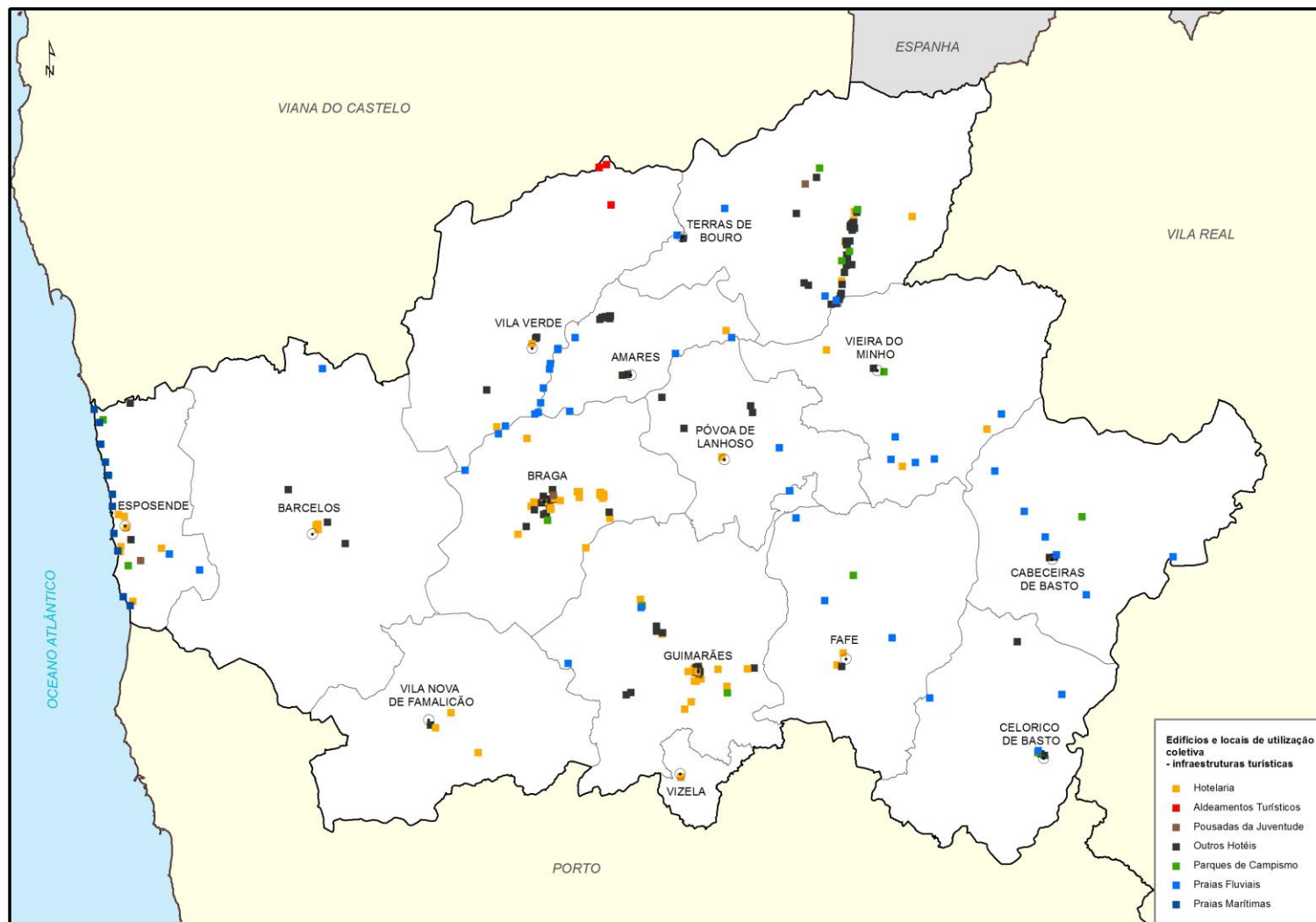


Figura 26 – Edifícios e locais de utilização coletiva – infraestruturas turísticas

(fonte: InfoPortugal, 2013)

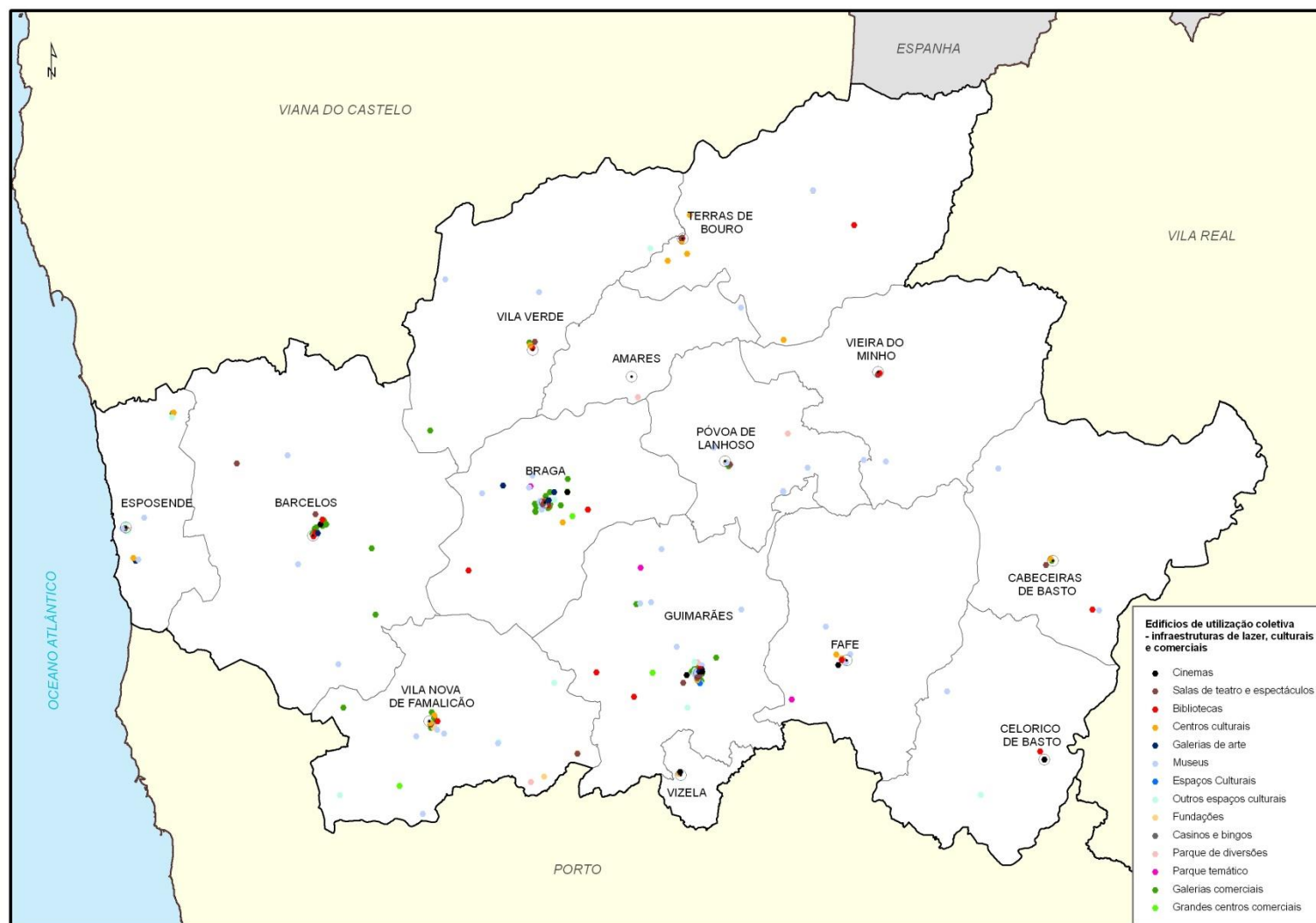


Figura 28 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de lazer, culturais e comerciais

(fonte: InfoPortugal, 2013)

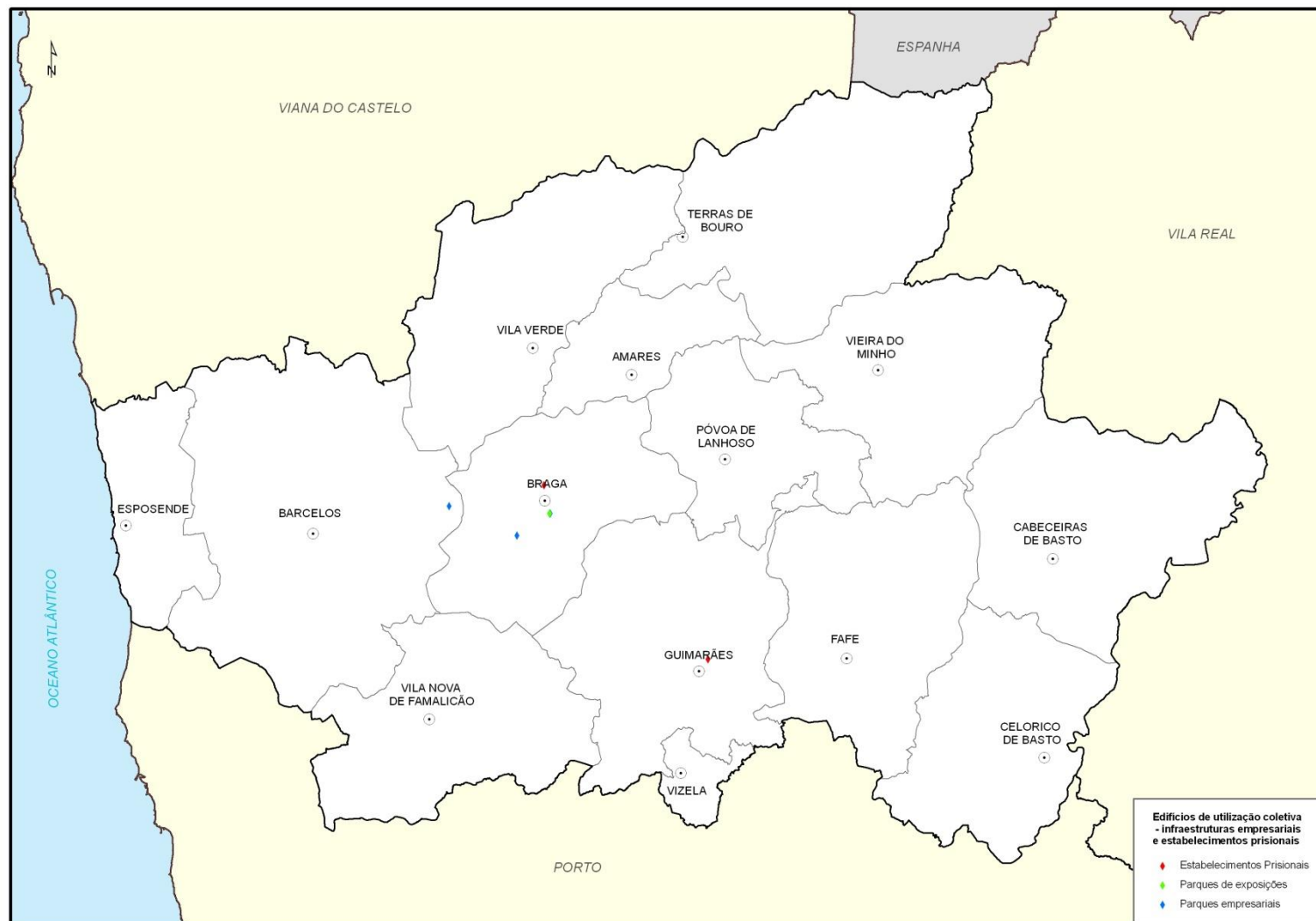


Figura 29 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas empresariais e estabelecimentos prisionais

(fonte: InfoPortugal, 2013)

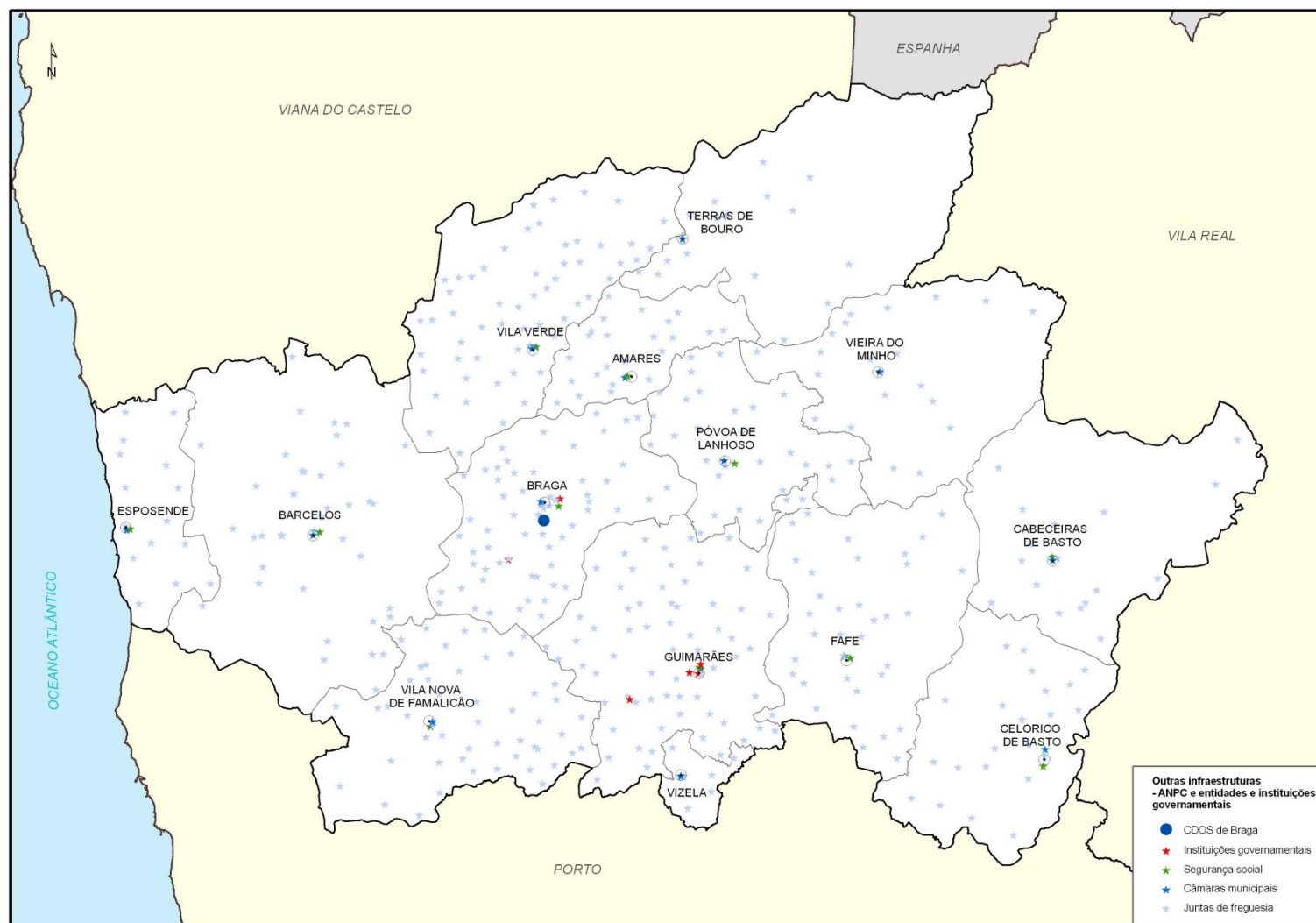


Figura 31 – Outras infraestruturas – ANPC e entidades e instituições governamentais

(fonte: ANPC, 2010; InfoPortugal, 2013)

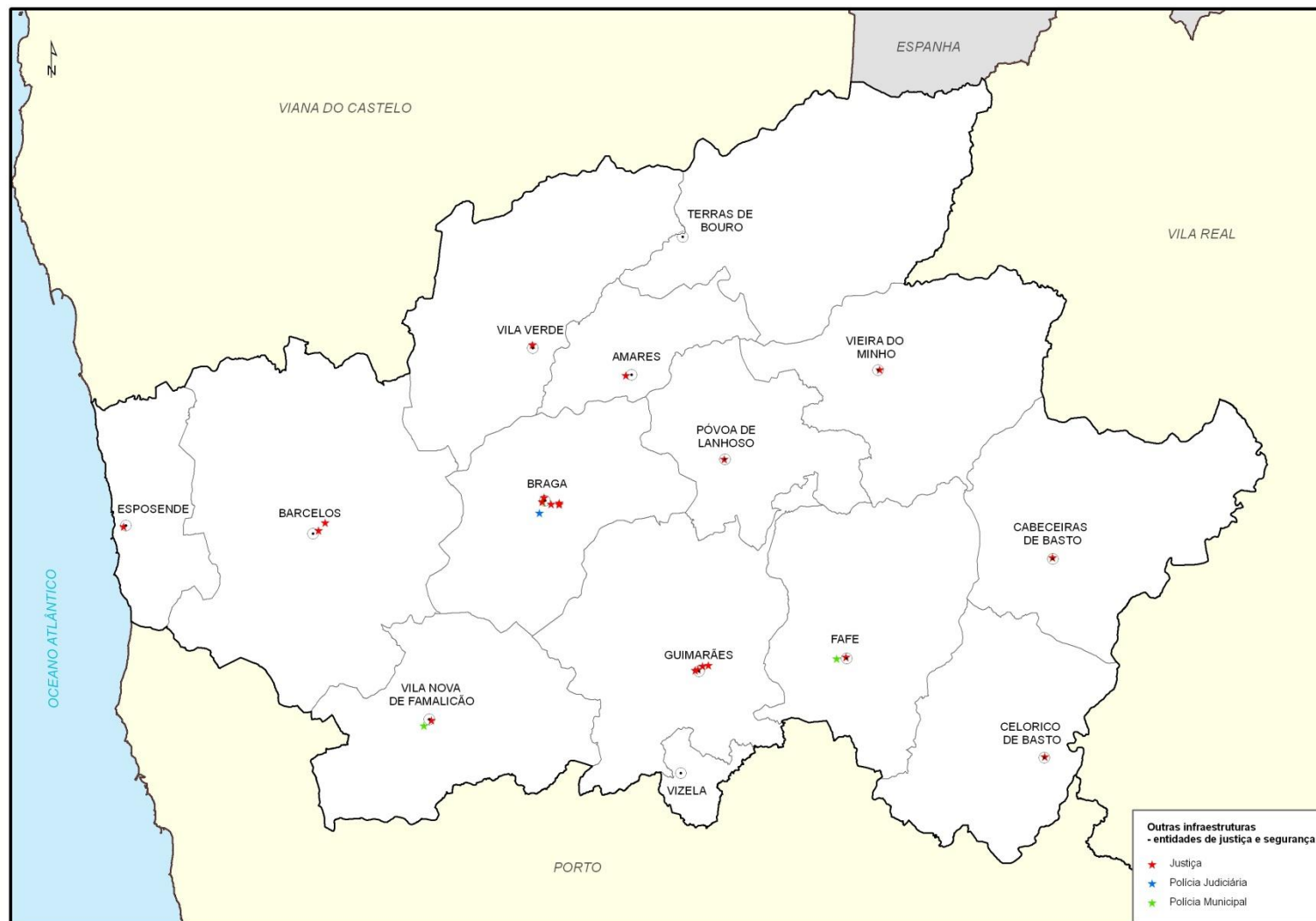


Figura 32– Outras infraestruturas – entidades de justiça e segurança

(fonte: InfoPortugal, 2013)

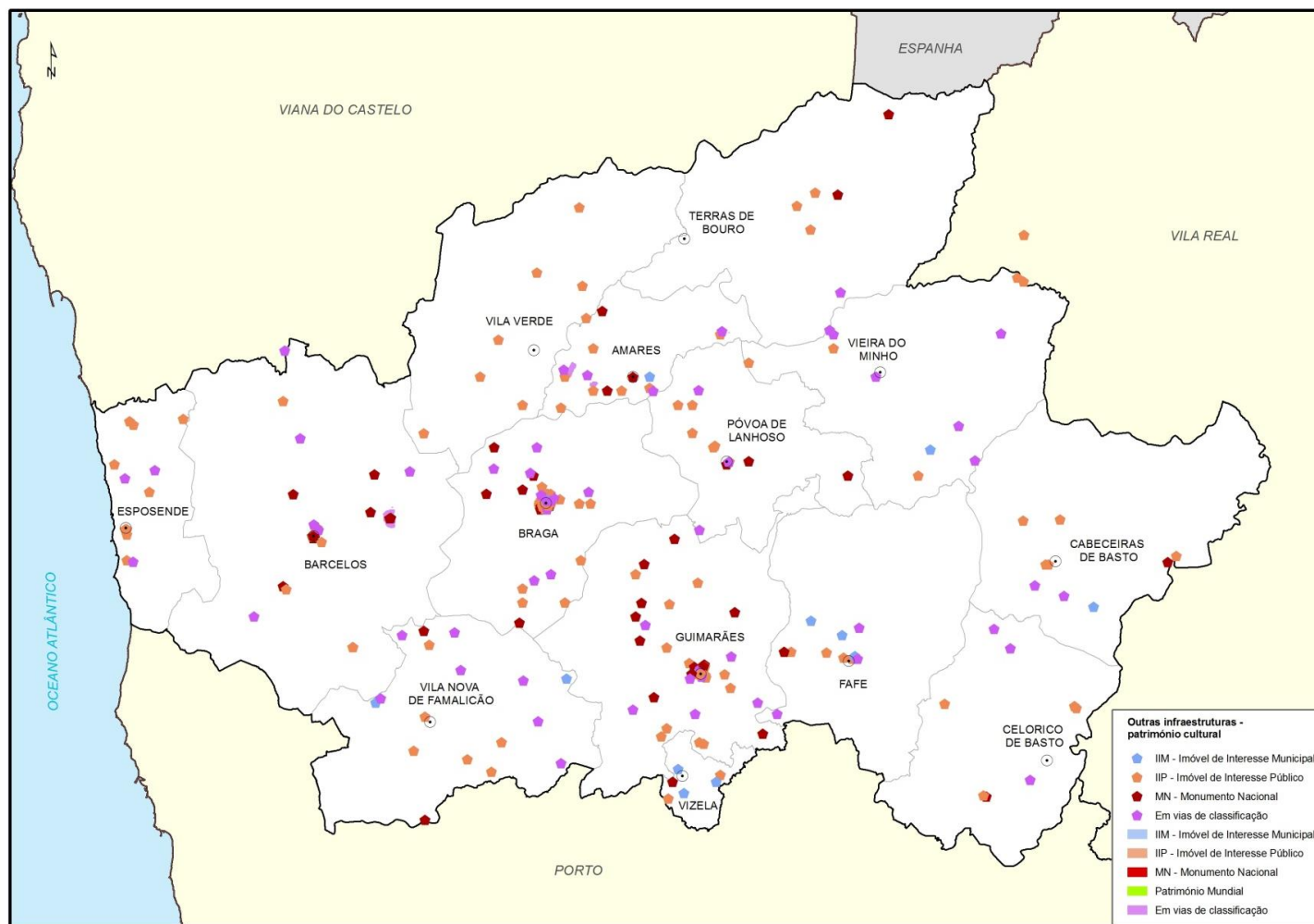


Figura 33 – Outras infraestruturas – património cultural²²

(fonte: InfoPortugal, 2013)

²² O património cultural é representado sob a forma de pontos e de polígonos pelo que, na legenda da figura, surgem dois símbolos, um de pontos e outro de polígonos, para o mesmo tema da mesma legenda.

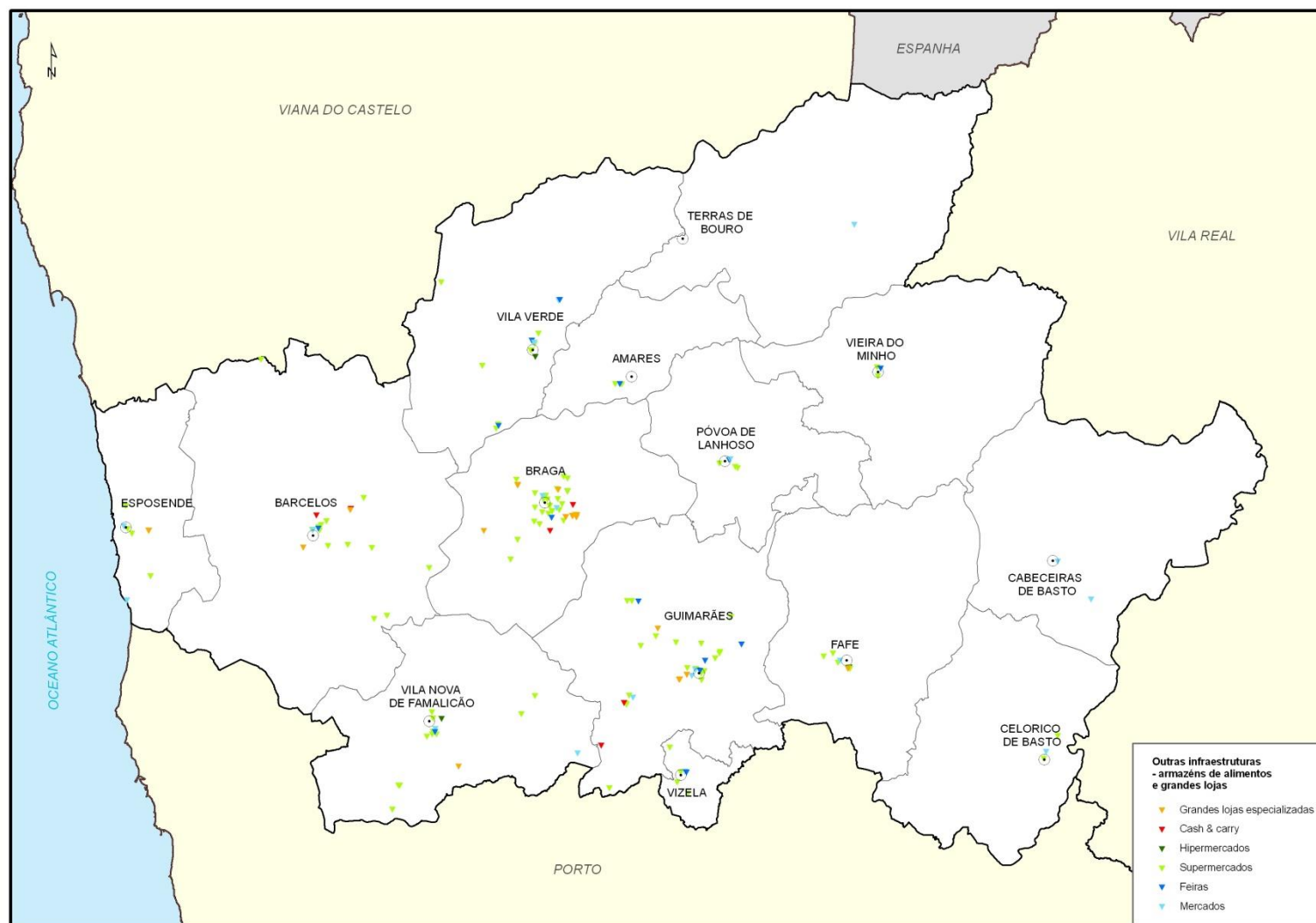


Figura 34 – Outras infraestruturas – armazéns de alimentos e grandes lojas

(fonte: InfoPortugal, 2013)

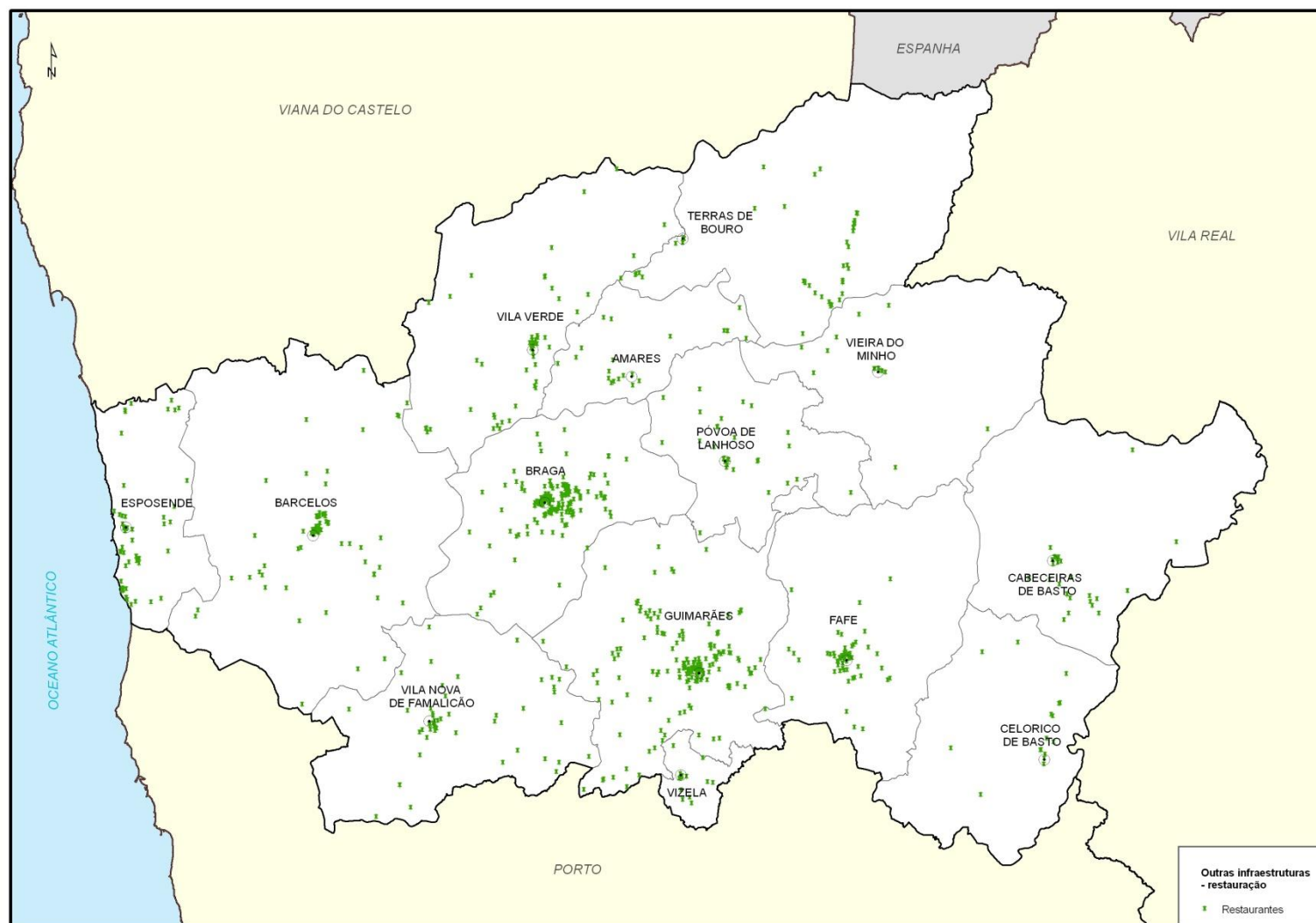


Figura 35 – Outras infraestruturas – restauração

(fonte: InfoPortugal, 2013)

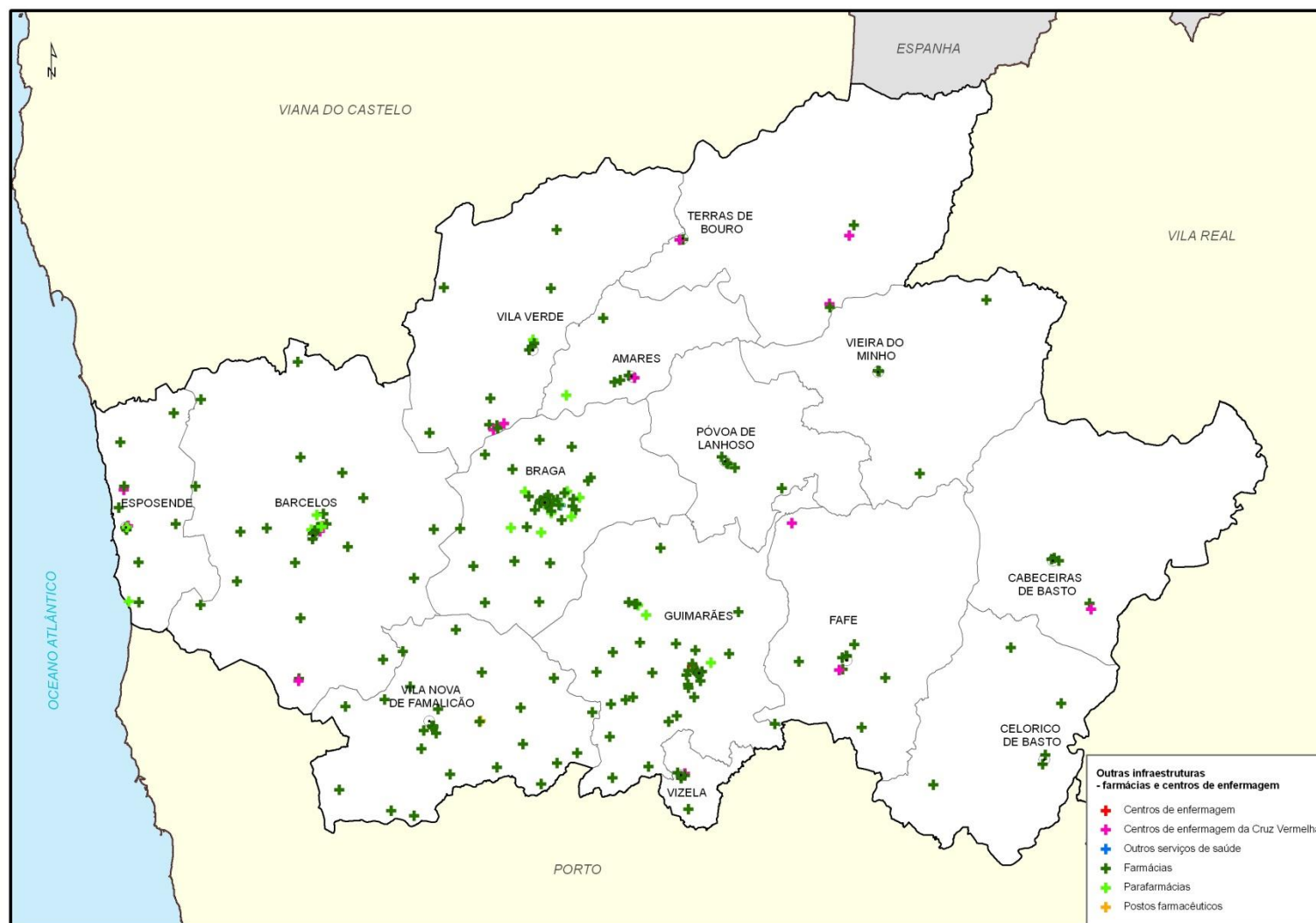


Figura 36 – Farmácias e centros de enfermagem

(fonte: InfoPortugal, 2013)

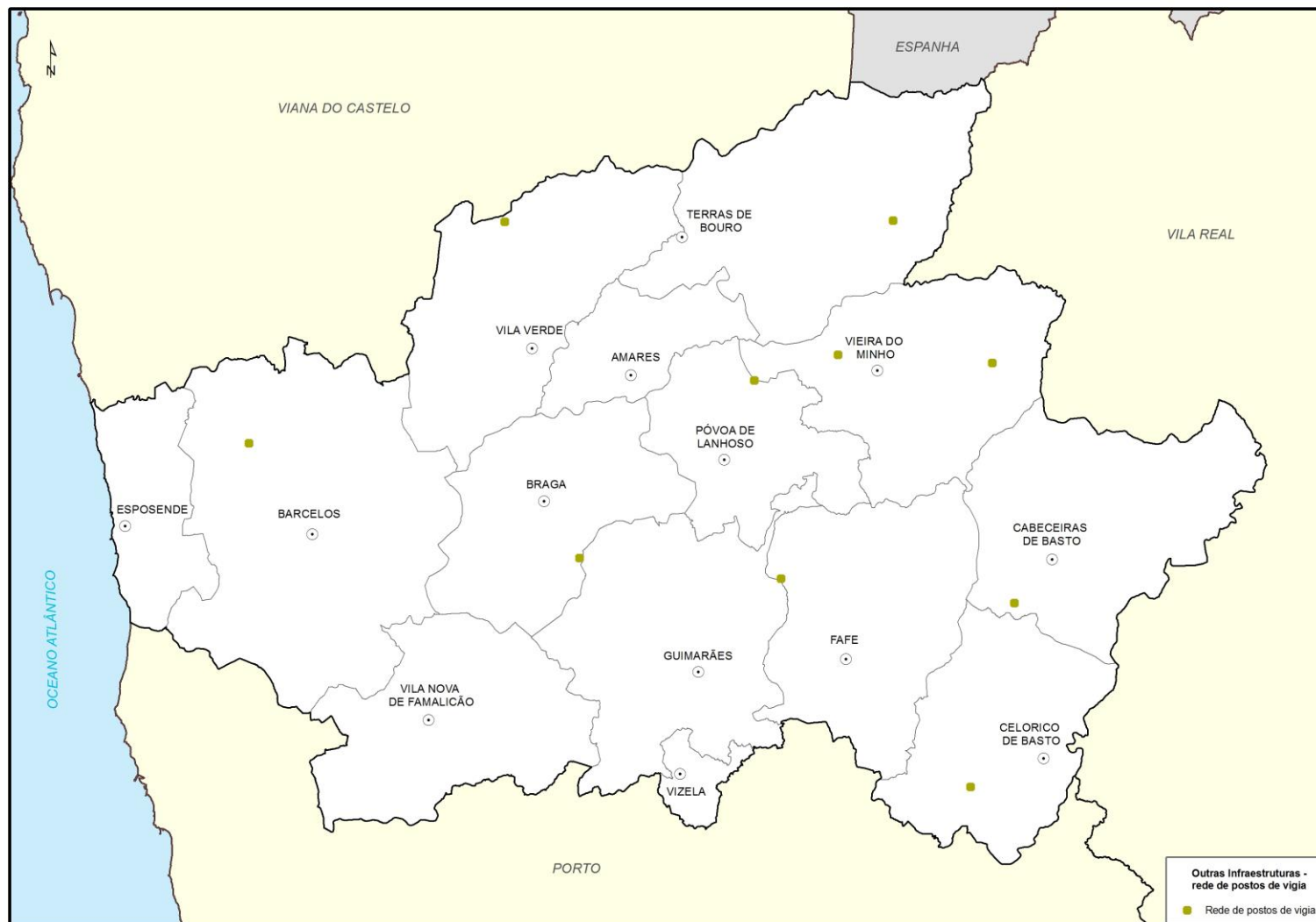


Figura 37 – Outras infraestruturas – rede de postos de vigia

(fonte: GNR, 2013)

ANEXO II – Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia da manutenção da operacionalidade do plano

1. Programa de prevenção e mitigação dos riscos

As medidas de mitigação a definir devem ser abrangentes face aos riscos predominantes neste território, esforçando-se por alcançar objetivos múltiplos e definindo horizontes de tempo a longo prazo.

Mitigar o impacto das catástrofes, pressupõe o reconhecimento/ identificação dos perigos e áreas de suscetibilidade à ameaça, a identificação dos fatores que contribuem para as vulnerabilidades presentes, bem como a consideração da capacidade de adaptação que as comunidades vão desenvolvendo face às situações presentes, devendo esta compreender os mecanismos de resposta já implementados.

Todas as ações de mitigação de riscos, se sustentadas, tendem para a redução das vulnerabilidades presentes, detendo por isso o potencial de produzir benefícios repetidos ao longo do tempo, precavendo os impactos de futuras catástrofes.

As medidas de mitigação devem por isso, estar previstas em todas as fases do ciclo da catástrofe podendo ser estruturais ou não estruturais, como são as estratégias de desenvolvimento propostas nos instrumentos de gestão territorial ou os programas de sensibilização/educação destinados à comunidade ou à sensibilização de decisores dos setores público e privado.

Neste sentido, e de modo a alcançarem-se estes objetivos identifica-se nos pontos que se seguem:

- Estratégias de carácter geral a serem implementadas por agentes de proteção civil e/ou entidades de apoio;
- Estratégias específicas para cada um dos principais riscos identificados na Parte I do Ponto 3, incluindo os instrumentos legais atualmente em vigor.

1.1 Estratégias gerais

No âmbito da definição de estratégias para mitigação dos efeitos associados a acidentes graves ou catástrofes, torna-se útil clarificar aquelas que, ao serem implementadas, apresentam um efeito benéfico transversal a vários tipos de eventos.

Importa ter em conta nas estratégias de mitigação de carácter geral:

- As que decorrem da lei de bases de protecção civil²³, como são o direito à informação e formação dos cidadãos, de acordo com a qual os cidadãos têm direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos, bem como sobre as medidas adotadas e a adotar de modo a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe. Esta estratégia pode incluir na sua implementação, o desenvolvimento de ações de informação/ sensibilização destinadas à população em geral, mas também às instituições públicas e privadas, consciencializando-as das responsabilidades que recaem sobre elas;
- As ações tendentes à atualização das bases de dados de ocorrências para uma permanente atualização dos níveis de risco e das áreas de suscetibilidade bem como, à manutenção do inventário atualizado de meios materiais e humanos que poderão ser ativados em caso de emergência;
- A articulação com os instrumentos de gestão territorial, complementando as estratégias ali definidas para a diminuição das vulnerabilidades e para a minimização dos riscos identificados;
- Realização de simulacros (CPX ou LIVEX envolvendo dois ou mais concelhos);
- A promoção da realização de exercícios nos diferentes níveis;

²³ N.º 1 e 2 do artigo 7.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho.

- A maximização da eficiência das ações de socorro promovendo a realização de planos de emergência (especiais, municipais) concisos e centrados nas componentes operacionais (potenciar a eficiente gestão de recursos disponíveis).

1.2 Estratégias específicas

Para além da definição de estratégias de carácter geral, úteis para a maximização da eficácia e eficiência de um elevado número de ações transversais a vários tipos de risco, considera-se ser de toda a utilidade organizar e especificar estratégias de mitigação para os principais tipos de risco que poderão afetar o território nacional, bem como indicar os instrumentos legais que concorrem para a mitigação das suas consequências.

Nas tabelas seguintes identificam-se as estratégias de mitigação específicas para cada risco.

1.3 Riscos de origem natural

Tabela 1 - Estratégias de mitigação para nevões

Nevões
Identificar os principais locais de vulnerabilidade a este risco específico, reforçando nesses locais as ações de informação aos cidadãos e de adoção de medidas de autoproteção;
Sensibilizar as autoridades responsáveis para a implementação de sinalética identificadora deste risco ou de outros decorrentes deste.
Realizar simulacros associado à queda muito acentuada de neve (testar capacidade de resposta do sistema distrital).
Ter previsto locais de distribuição de sal (onde os vários agentes de proteção civil e entidades de apoio como serviços municipais de proteção civil poderão recorrer em caso de necessidade).
Verificar se a distribuição de meios (veículos, lagartas, etc.) nos concelhos do distrito se encontra apta a dar resposta a picos de procura durante nevões.
Promover junto dos decisores políticos a organização intermunicipal para a melhor gestão de equipamentos de desobstrução de vias em especial nos municípios com maior suscetibilidade.

Tabela 2 - Estratégias de mitigação para ondas de calor

Ondas de calor
Realizar, com especial incidência nos hospitais e estabelecimentos de apoio a idosos e crianças, campanhas de sensibilização imediatamente antes e durante o verão, alertando para os riscos associados às ondas de calor e procedimentos a serem adotados pela população em geral e pela população mais sensível.

Tabela 3 - Estratégias de mitigação para vagas de frio

Vagas de frio
Realizar, com especial incidência nas épocas de frio, campanhas de sensibilização de melhoramento das condições de isolamento dos edifícios.
Promover o acompanhamento da população sem-abrigo de modo a conhecer a sua localização e divulgar procedimentos a seguir.
Promover ações de proximidade que possam constituir apoio em especial às populações idosas e comunidades isoladas.
Realizar campanhas de sensibilização indicando medidas a serem adotadas e alertando para a importância da população estar atenta aos avisos divulgados pelo IPMA.

Tabela 4 - Estratégias de mitigação para seca

Seca
Incrementar a articulação com a APA de modo a acompanhar a evolução do nível das barragens nacionais (disponível em http://snirh.pt com dados atualizados mensalmente) e definir níveis a partir dos quais deverão ser tomadas medidas de emergência.
Definir procedimentos de controlo da quantidade de água consumida, como por exemplo corte de água em períodos específicos do dia, medidas a serem adotadas/ difundidas pela população, etc.
<p>Ao nível da legislação realça-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água, a qual define medidas de proteção contra secas, nomeadamente (artigo 41.º) programas de intervenção e prioridades de abastecimento; • Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro - Estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração; • Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio - Regime de Proteção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e das Lagoas ou Lagos de Águas Públicas.

Tabela 5 - Estratégias de mitigação para cheias e inundações

Cheias e inundações
Incrementar a articulação com a APA de modo a acompanhar a evolução do nível das barragens e dos leitos dos cursos de água.
Realizar, com especial incidência junto da administração local, ações de sensibilização que sustentem a necessidade de observar distâncias entre os aglomerados urbanos e as albufeiras.
Realizar ações de sensibilização nas zonas de elevada suscetibilidade, tendo em vista difundir os procedimentos que deverão ser adotados pela população após receção de avisos por parte da proteção civil.
Realizar ações de sensibilização junto das populações para o reconhecimento dos sinais de aviso.
Avaliar a necessidade de ter em reserva (ou definidos locais de fácil abastecimento) meios de reforço de infraestruturas e de contenção das margens dos cursos de água mais suscetíveis como sejam, por exemplo, sacos de areia.

Tabela 6 - Estratégias de mitigação para inundações e galgamentos costeiros

Inundações e galgamentos costeiros
Articular o Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, no concelho com zona costeira. Introduzir soluções alternativas de ordenamento do território e de redução da dinâmica costeira local (quebramares submesos).
Realizar ações de sensibilização nas zonas de elevada suscetibilidade tendo em vista difundir os procedimentos que deverão ser adotados pela população após receção de avisos por parte da proteção civil (salvaguarda de bens, colocação de barreiras nas zonas de acesso aos pisos térreos, etc.).
Promover a eficiência dos mecanismos de previsão e de aviso à população presente nas zonas suscetíveis aos riscos.
Ao nível da legislação em vigor importa indicar que este tipo de evento poderá ser

Inundações e galgamentos costeiros
igualmente mitigado através de instrumentos de ordenamento do território, como previsto na Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro), a qual define no seu artigo 40.º a necessidade de se condicionar o uso do solo em zonas suscetíveis a inundações, assim como criar sistemas de alerta.
Implementar ou acompanhar um sistema de monitorização deste risco costeiro de forma contínua.
Sensibilizar as entidades competentes para a necessidade de recuperar, reabilitar e reforçar os sistemas dunares que apresentem registo e/ou evidências de inundações e galgamento ativos.

Tabela 7 - Estratégias de mitigação para sismos

Sismos
Sensibilizar os promotores para a importância de que todas as edificações cumpram os regulamentos de dimensionamento para fazer face aos sismos, em particular quando se tratam de edifícios como os agentes de proteção civil que deverão estar localizados em locais de baixa suscetibilidade e construídos com as adequadas técnicas construtivas.
Sensibilizar os poderes locais para as obrigações decorrentes da Resolução da Assembleia da República n.º 102/2010, de 11 de agosto de 2010 - Adoção de medidas para reduzir os riscos sísmicos.
Acompanhar a evolução dos planos diretores municipais ao nível da introdução de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade sísmica.
Realizar ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de sismo.

Tabela .8 - Estratégias de mitigação para tsunamis

Tsunamis
Realizar exercícios CPX associados à ativação do PDEPC devido a tsunamis, envolvendo as

Tsunamis
regiões potencialmente mais afetadas Avaliar eficácia e eficiência de procedimentos de evacuação e aviso das zonas de maior suscetibilidade.
Desenvolver planos prévios de intervenção que incluam: <ul style="list-style-type: none"> • Equipas responsáveis pelo aviso à população; • Procedimentos de deslocação da população mais vulnerável (jovens e idosos) e entidades responsáveis pela mesma.
Acompanhar a implementação de sistemas sonoros de aviso de risco de tsunamis nas zonas mais suscetibilidade a este fenómeno.
Realizar ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de sismo ou de aviso de tsunamis em particular em edifícios de utilização coletiva (escolas).

Tabela 9 - Estratégias de mitigação para movimentos de massa em vertentes

Movimentos de massa em vertentes
Articular com os instrumentos de gestão territorial o cumprimento de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes em especial nas áreas urbanas.
Definir, nas zonas de elevada suscetibilidade, em sede de PMOT, as medidas preventivas relativamente à segurança de pessoas e bens face à instabilização de vertentes os quais poderão incluir: <ul style="list-style-type: none"> • Proibição da construção de hospitais, escolas, edifícios com importância na gestão da emergência e edifícios de habitação; • Realização de obras de estabilização e reforço a fim de aumentar a segurança de estruturas já existentes.
Avaliar a implementação de um sistema de monitorização contínua no tempo associado a sistemas de alerta no âmbito dos movimentos de massa em vertentes.

Movimentos de massa em vertentes
<p>Realizar simulacros de modo a avaliar constrangimentos ao nível do tempo previsto para a implementação de ações no terreno. Os simulacros terão ainda por objetivo avaliar o tipo e eficácia das medidas de proteção a implementar.</p>
<p>Promover uma “consciência preventiva do risco” entre as autoridades e populações locais sobre os riscos de movimentos de massa em vertente, permitindo que as sociedades desenvolvam procedimentos/organização de e coexistência com a dinâmica do meio físico, em particular no que respeita aos movimentos de massa em vertentes. Estas ações podem incluir, por exemplo, a realização de ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de ocorrência de movimentos de massa.</p>
<p>Estabelecer parcerias entre o CDOS/ANPC e a comunidade académica no sentido de garantir que todos os deslizamentos de terras registados em território distrital (ocorrências registadas pelos agentes de proteção civil) são estudados e catalogados. Esta ação terá por finalidade a constituição de uma base de dados a partir da qual se irão melhorar, de forma contínua, as metodologias de produção cartografia de suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes.</p>
<p>Garantir o cumprimento da legislação relativa a Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro, que estabelece as orientações estratégicas e o quadro metodológico de definição da Reserva Ecológica Nacional (REN), e que integra como uma das áreas de prevenção e redução de riscos naturais as “Áreas de Instabilidade de Vertentes”, definidas como áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive, dimensão e forma da vertente ou escarpa e condições hidrogeológicas, estão sujeitas à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, incluindo os deslizamentos, os desabamentos e a queda de blocos.</p>
<p>Estabelecer parcerias entre o CDOS/ANPC e a comunidade académica no sentido de desenvolver modelos de previsibilidade temporal/espacial de ocorrência de movimentos de massa em vertentes, assim como a sua atualização e avaliação de soluções técnicas adequadas, através de parcerias com a comunidade académica.</p>

Tabela 10 - Estratégias de mitigação para a erosão costeira - destruição de praias e sistemas dunares

Suscetibilidade a erosão costeira - destruição de praias e sistemas dunares
Acompanhar intervenções nas zonas costeiras definidas como sendo de elevada suscetibilidade a destruição de praias e sistemas dunares, em particular a construção de esporões, de modo a avaliar junto das entidades competentes eventuais zonas de intensificação erosiva e suas consequências ao nível de afetação de infraestruturas por inundações e galgamentos costeiros.
Acompanhar os mecanismos de previsão e de aviso à população presente nas zonas suscetíveis.
Ao nível da legislação em vigor importa indicar que este tipo de evento poderá ser igualmente mitigado através de instrumentos de ordenamento do território, como previsto na Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), a qual define no seu artigo 40.º a necessidade de se condicionar o uso do solo em zonas suscetíveis a inundações, assim como criar sistemas de alerta envolvendo APA e ANPC.
Promover a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira.
Acompanhar a monitorização da zona costeira e das estruturas de defesa costeira.

1.4 Riscos tecnológicos

Tabela 11 - Estratégias de mitigação para acidentes rodoviários

Acidentes rodoviários
Garantir a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes rodoviários, a qual deverá compreender as coordenadas dos acidentes ocorridos e informação complementar relativa à tipologia do acidente, ao número de vítimas envolvidas e ao tipo de veículos envolvido.
Identificar as vias com maior suscetibilidade à ocorrência de acidentes diferenciando-as de acordo com a tipologia de acidente/vítimas.
Promover a melhoria contínua dos processos de avaliação das causas dos acidentes de modo a identificar com rigor as áreas onde se deverá atuar prioritariamente (quais os comportamentos mais perigosos, características das vias a alterar/evitar, etc.)
Realizar exercícios e analisar a sua eficácia e eficiência e identificar constrangimentos operacionais.
Garantir a existência/atualização de planos prévios de intervenção para as principais vias do distrito.
Promover a articulação e a interoperabilidade de dados e processos entre as diferentes entidades envolvidas na prevenção e socorro de forma a consolidar a obtenção de dados a médio e longo prazo.

Tabela 12 - Estratégias de mitigação para acidentes ferroviários

Acidentes ferroviários
Promover a realização de simulacros envolvendo a ativação dos planos específicos da IP e CP e sua articulação com os agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio.
Fomentar a interoperabilidade das bases de dados de registos de acidentes ferroviários e estimular a inclusão de informação adicional relativa às coordenadas geográficas dos acidentes, ao número e tipologia de vítimas e à tipologia de composições envolvidas.

Tabela 13 - Estratégias de mitigação para acidentes fluviais

Acidentes fluviais
Agilizar a articulação entre o CDOS e as entidades competentes e com capacidade de gestão das águas navegáveis em território distrital através da realização de simulacros formação partilhada e estabelecimento de canais privilegiados de comunicação de dados, informação e capacidade operacional.

Tabela 14 - Estratégias de mitigação para acidentes aéreos

Acidentes aéreos
Garantir a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes aéreos, a qual deverá compreender, para além das causas e consequências dos acidentes, as coordenadas da queda das aeronaves.

Tabela 15 - Estratégias de mitigação para transporte de mercadorias perigosas

Transporte terrestre de mercadorias perigosas
Garantir a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas (por rodovia e ferrovia), a qual deverá compreender, para além das causas e consequências dos acidentes, as coordenadas geográficas dos mesmos.
Promover ações de formação relativamente aos procedimentos a serem adotados em caso de acidente envolvendo diferentes tipos de matérias perigosas.
Realizar periodicamente exercícios relativos a acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas
Garantir a existência/atualização de planos prévios de intervenção para as principais vias rodoviárias e ferroviárias do distrito. Estes deverão compreender procedimentos a serem adotados de acordo com diferentes tipologias de substâncias perigosas, incluindo os meios necessários para a mitigação do risco.

Transporte terrestre de mercadorias perigosas
<p>Garantir o cumprimento da legislação relativa a:</p> <ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 206-A/2012, de 31 de agosto e pelo DL 19-A/2014 de 07 de fevereiro - Aprova o regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/90/CE, da Comissão, de 3 de Novembro, e a Diretiva n.º 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Setembro; Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água, a qual define medidas de proteção contra acidentes graves de poluição, nomeadamente (artigo 42.º) medidas e informação a incluir nos planos de recursos hídricos.

Tabela 16 - Estratégias de mitigação para acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos

Acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos
Garantir a atualização da informação relativa às infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos (gasodutos) existentes no distrito.
Realizar exercícios relativos a esta tipologia de acidente.
Garantir, em colaboração com a REN Gasodutos (entidade responsável pela gestão da rede de transporte de gás natural), que as áreas de servidão deste tipo de infraestrutura apresentam uso condicionado. Acompanhar eventual instalação de infraestruturas nas proximidades do gasoduto.
No que se refere à legislação para além da introdução de restrições de uso do solo em zonas de influência (nomeadamente ao nível dos planos diretores municipais) importa salientar a Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), a qual define medidas de proteção contra acidentes graves de poluição, nomeadamente (artigo 42.º) medidas e informação a incluir nos planos de recursos hídricos.

Tabela 17 - Estratégias de mitigação para incêndios urbanos

Incêndios urbanos

Incêndios urbanos
Promover que os corpos de bombeiros realizam exercícios relativos a estratégias de combate a incêndios em edifícios (de diferentes tipologias) e sua evacuação.
Realizar exercícios (em colaboração com os municípios e respetivos agentes de proteção civil) tendo em vista avaliação do tempo decorrido entre o alerta e o controlo do teatro de operações, bem como da eficácia das operações a implementar.
Manter atualizada a informação relativa aos meios disponíveis no distrito para fazer frente a esta tipologia de risco.
Garantir o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios.

Tabela 18 - Estratégias de mitigação para incêndios em centros históricos

Incêndios em centros históricos
Estimular a realização de exercícios relativos a evacuação e a estratégias de combate a incêndios em edifícios (de diferentes tipologias) localizados em centros históricos.
<p>Promover a elaboração de existência de planos prévios de intervenção para os principais centros históricos do distrito. Estes deverão compreender estratégias de intervenção como:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sectorização do teatro de operações. ▪ Meios a mobilizar automaticamente para a zona de concentração e reserva. ▪ Procedimentos de desimpedimento de vias por viaturas (mobilização de elevado número de reboques a estacionar na zona de concentração e reserva, por exemplo).
Realizar exercícios (em colaboração com os municípios e respetivos agentes de proteção civil) tendo em vista avaliação do tempo decorrido entre o alerta e o controlo do teatro de operações, bem como da eficácia das operações a implementar.

Incêndios em centros históricos
Manter atualizada a informação relativa aos meios disponíveis no distrito para fazer frente a esta tipologia de risco.
Garantir o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios.

Tabela 19 - Estratégias de mitigação para colapso de túneis, pontes e infraestruturas

Colapso de túneis, pontes e infraestruturas
Garantir a existência de planos prévios de intervenção para todas as vias com túneis, de modo a estabelecerem-se os procedimentos de intervenção em caso de colapso (meios a mobilizar e procedimentos a adotar).
Promover a avaliação periódica da estabilidade estrutural de túneis, pontes e viadutos.
Garantir o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 de maio, relativo ao Regulamento de Segurança e Ações para estruturas de edifícios e pontes; ▪ Decreto-Lei n.º 75/2006, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 308/2009, de 23 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 75/2014, de 13 de maio, que estabelece os requisitos mínimos de segurança para os túneis da rede rodoviária transeuropeia e da rede rodoviária nacional.

Tabela 20 - Estratégias de mitigação para substâncias perigosas (acidentes industriais)

Substâncias perigosas (acidentes industriais)
Acompanhar a elaboração e revisão dos Planos de Emergência Internos e dos Planos de Emergência Externos dos estabelecimentos de nível superior de perigosidade abrangidos pela Diretiva Seveso.

Substâncias perigosas (acidentes industriais)
Participar nos exercícios/simulação relativos aos Planos de Emergência Externos e aos Planos de Emergência Internos dos estabelecimentos que lidam com substâncias perigosas.
<p>Ao nível da legislação em vigor, importará fazer cumprir o previsto no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a incorporação nos Planos Diretores Municipais das distâncias de segurança entre os estabelecimentos e zonas residenciais, vias de comunicação, locais frequentados pelo público e zonas ambientalmente sensíveis; • Acompanhar a elaboração e revisão de relatórios de segurança.
Acompanhar a divulgação à população (pelos SMPC do distrito com a colaboração do operador do estabelecimento) de medidas específicas de autoproteção a adotar em caso de acidente grave nos estabelecimentos que lidam com substâncias perigosas.

Tabela 21 - Estratégias de mitigação para colapso de edifícios de utilização coletiva

Colapso de edifícios de utilização coletiva
Organizar, através dos SMPC, exercícios envolvendo a evacuação dos edifícios de utilização coletiva.
Apreciar as medidas de autoproteção destes edifícios (de acordo o Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro).

Tabela 22 - Estratégias de mitigação para emergências radiológicas

Emergências radiológicas
Ao nível da legislação em vigor importará fazer cumprir o previsto no Decreto-Lei n.º 174/2002, de 25 de julho, que estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, fixando as normas de base de segurança relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes.

Emergências radiológicas

Esta legislação define, em matéria de mitigação do risco, a criação de uma rede de vigilância e alerta, as entidades responsáveis pela informação à população e a necessidade de se produzirem planos de emergência internos e externos.

1.5 Riscos mistos

Tabela 23 - Estratégias de mitigação para incêndios florestais

Incêndios florestais
Garantir a articulação entre o Plano Distrital da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI) e Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, com o PDEPC.
Planear a gestão de faixas de combustível.
Articular os sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção.
Estudar e conhecer as dinâmicas do incêndio em termos distritais, por forma a adequar a vigilância e as campanhas de sensibilização.
Melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.
Melhorar os meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.
Melhorar as infraestruturas e logística de suporte à DFCI.
Recuperar e reabilitar os ecossistemas.

Tabela 24 - Estratégias de mitigação para rutura de barragens

Rutura de barragens
Garantir a produção de cartografia das zonas afetadas pelas ondas de cheia e os tempos associados à sua progressão (informação a constar nos Planos de Emergência).
Desenvolver campanhas de informação junto da população potencialmente afetada em

Rutura de barragens
caso de rutura de barragens.
<p>Garantir o cumprimento do Regulamento de Segurança de Barragens (Decreto-Lei nº 344/2007 de 15 de outubro) nomeadamente ao nível de:</p> <ul style="list-style-type: none">• Conclusão dos planos internos e externos das barragens de classe I;• Cumprimento do plano de observação, em colaboração com o LNEC para as barragens da classe I;• Fiscalização do cumprimento das obrigações do dono de obra, nomeadamente ao nível da operacionalidade das infraestruturas de aviso nas zonas de autossalvamento.

2. Programa de exercícios

De modo a garantir a permanente operacionalidade do PDEPC e a validação dos pressupostos nele contidos, serão realizados exercícios com periodicidade máxima de dois anos, os quais poderão envolver o teste à totalidade ou apenas a parte do Plano. Tais exercícios serão alternadamente do tipo CPX (Comand Post Exercise) ou LIVEX (Live Exercise).